

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 82
Maio – 2007

S U M Á R I O

- | | | |
|----|---|--------------------------------|
| 2 | Degradação ambiental e Ongs na Amazônia Continental | Argemiro Procópio |
| 6 | Países Bálticos e Rússia: as conseqüências de um novo desenho geopolítico | Ricardo dos Santos Poletto |
| 9 | Tratado de Roma, 50 anos | Maria Izabel Mallmann |
| 11 | A visita de Bento XVI ao Brasil | Virgílio Arraes |
| 13 | Novas dimensões do terror: ramificações da Al-Qaeda na Somália e seus significados para a segurança internacional | Izadora Xavier do Monte |
| 15 | Crescimento desigual na América Latina | Ricardo DaSilva |
| 17 | A elegância do Elefante e a imponência do Dragão | Paulo Antônio Pereira Pinto |
| 19 | O futuro político francês: reflexões e perspectivas | Tiago Wolff Beckert |
| 23 | Brasil: um país imperialista e explorador? | Rodrigo Wiese Randig |
| 26 | A nova extensão do <i>affair</i> boliviano: <i>ato final com aviso prévio</i> | José Ribeiro Machado Neto |
| 29 | Putin e o escudo nuclear norte-americano: uma nova Guerra Fria? | João Fábio Bertonha |
| 32 | OCDE: rumo ao mundo em desenvolvimento | Marcos Paulo de Araújo Ribeiro |

Degradação ambiental e Ongs na Amazônia Continental

ARGEMIRO PROCÓPIO*

Os mandatários dos oito países amazônicos, cada qual deles responsável por soberania e por suas presenças nas relações internacionais por meio de suas respectivas instituições, esquecem-se do custo do desgaste da imagem no exterior ocasionado pela devastação ambiental, ficam incapazes da procura de caminhos alternativos e privilegiam a produção às expensas do meio ambiente. No Brasil, o continuado desflorestamento apenas uma sociedade com riquezas riscadas da lista da natureza antes de saber-se de sua serventia para a humanidade.

Programas como *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*, ambos nascidos na segunda metade dos anos 1990, prosseguiram sem reverter a tendência do desmatamento. Incentivos fiscais e creditícios da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), notadamente em Mato Grosso, Pará e Rondônia, impulsionaram a pecuária à custa do desmatamento. Ou seja, o Estado é quem atea fogo em seu próprio corpo. A concessão de áreas florestais, por exemplo, nas áreas do Distrito Florestal da BR-163 – mais o de Carajás e o da BR-319 – abre espaço para a legalização da devastação.

Mesmo com políticas públicas direcionadas à proteção da natureza, inscrevendo a ciência e tecnologia na dinâmica regional, será dura a recuperação de não se sabe quantos milhões de hectares de cerrados e de florestas queimadas na Amazônia brasileira. Áreas degradadas reaproveitam-se, mas ainda pouco se sabe da real extensão do significado do reaproveitamento.

Fundos de investimento desprovidos de apoio científico para o desenvolvimento sustentável abriram financiamentos no setor da pesca, da celulose e da pecuária. Criados pela Constituição de 1988, eles repassam na Amazônia modelos arcaicos com impactos particularmente negativos para o bioma.

Reforçaram combinações institucionais formatadas para sustentar projetos nascidos sujos, amparados na ilusão dos baixos riscos com ganhos quase que imediatos.

Pouco promissor e problemático como os que o antecederam, como o Pró-Ambiente apoiando pólos indígenas, arranjos produtivos e serviços ambientais, debate-se em atmosfera de irresponsabilidade generalizada. Jogos de empurra-empurra desmoralizam porque indefinem quais as competências das áreas federal, estadual e municipal para proteger florestas e cerrados contra a voracidade de grileiros no vazio de poder de região, expressiva parte dela, formalmente propriedade da União.

Bonanças e tempestades no Paraguai, na Bolívia, Uruguai, na Argentina e na Venezuela repercutem no Brasil. Mesmo assim, insiste-se brindar o Tratado de Assunção que é um espaço acanhado, incoerente ao que ele representa. O *imbroglio* entre uruguaios e argentinos por causa das fábricas de celulose e da falta de bons ofícios vale dizer, a inexistência de vizinhança mediadora, não combina com a acalentada construção das parcerias estratégicas essenciais à filosofia da cooperação Sul-Sul.

Aproximadamente meio milhão de emigrantes brasileiros vivem no território paraguaio em fazendas ou cidades, numerosas das quais em espaços transfronteiriços onde a assistência consular, quando prestada, é de baixíssima qualidade.

Desmatando, plantando, vendendo produtos contrabandeados, cerrando madeiras ou criando boi, até na região do Chaco sente-se a polêmica presença dos brasiguaios em atividades mais mal do que bem vistas.

Denunciados na imprensa por autoridades responsáveis pela política aduaneira e ambiental,

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB (procópio@unb.br).

sobretudo por causa do contrabando da madeira e dos projetos de irrigação sugando rios e nascentes, a imagem dos brasiguaios contribui para o fortalecimento de antagonismos no relacionamento entre os dois países.

A gigantesca rede de ilícitos na tríplice fronteira boliviana, brasileira e paraguaia por enriquecer em primeiro lugar autoridades do eixo Assunção – Brasília silencia esporádicos gritos a favor do saneamento moral naquele espaço lindeiro. O crime organizado nessa região e noutras do Brasil é o que é porque se sustenta em altos escalões do aparato estatal. No outro lado da moeda, a seleta e crescente presença estadunidense no Paraguai, opostamente ao que se pensa, vai além dos projetos de segurança ou da modernização da Base do Chaco. Mais sensível que seus serviços de inteligência contra o narcotráfico, a ajuda a Assunção prestada por Washington conta com a vantagem de estar livre da herança de pesadelo histórico como a da guerra da Tríplice Aliança.

Zelando para manter bem acesa a chama da cooperação do Brasil com os Estados Unidos da América há decênios, ardendo em parcerias sem resultados positivos para o desenvolvimento nacional, agora esforços centram-se em projetos mimados por Washington aqui levados adiante pela diplomacia do etanol.

Ressentida por não emular em dinamismo com os avanços pelas américas da filosofia bolivarianista acalentada por Hugo Chávez e Fidel Castro, a diplomacia brasileira apoiada por Washington reenergiza pelas estradas do bioetanol o pacto colonial. Este pacto apela por ciclos econômicos do passado para, como sempre, levar essa economia a abastecer as metrópoles com *commodities*. Nesse contexto, o ciclo inconcluso da *Saccharum officinarum* desempenha novamente protagônico papel. Por meio da expansão do bioetanol, forja-se futuro para o Brasil com tradição umbicada em passado inglorio de economia latifundiária e colonial. No presente, essa opção enfraquece a democracia vigente porque atija males que eternizam a fome sustentada pelo uso inapropriado de bens como a terra e a água, vítimas preferidas das mudanças climáticas.

Às agruras causadas pelo latifúndio, o Governo pensa curá-las com o Bolsa Família. Seu caráter paternalista e eleitoreiro vivamente a recomenda a governos parecidos com o daqui. Forças progressistas compromissadas com os direitos humanos, inclusive a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil, formularam substantivas críticas contra a nele intrínseca vacuidade social. Os enganosos resultados a favor da inclusão social fez do assistencialismo do Bolsa Família um palanque dadivoso de votos.

Presença das Ongs

Organizações Não governamentais negociam e opacam diplomacias. Seus funcionários criam canais de negociação de extraordinária força. Geralmente, as Ongs dispõem de verbas, são influentes e nem sempre na periferia servem a quem mais lhes paga, isto é, ao Estado. Seus membros de virtudes camaleônicas nos postos de comando em organismos públicos tem acesso a informações confidenciais. Sabem com destreza o momento para honrar interesses de seus senhores. O documento da CNBB, Vida e Missão assim escreve sobre elas: “fica a sensação de que em sua atuação, quase sempre conservacionista, visa mais à preservação da natureza – em benefício da comunidade internacional e dos países ricos que financiam suas atividades – do que à defesa dos direitos das populações tradicionais”.

Dentro da dinâmica política amazônica, inegavelmente as Organizações não Governamentais desempenham papel protagonista particularizado não por sua liderança, mas principalmente por sua dinâmica. Quando financiadas por governos estrangeiros, elas aprimoram a gestão das interferências por meio de dinâmicas de baixo risco. Dada a fraqueza dos Estados nacionais da região, elas crescem no momento histórico da crise política nas instituições do estado periférico.

Ninguém contesta o mérito das Ongs na colocação dos dormentes sob os trilhos por onde a locomotiva da preocupação ambiental puxará os demais vagões da atenção internacional relacionada à Segurança Ambiental.

Visão fundamentalista da conservação

A cada dia, somam-se as dificuldades de garantir à população mundial globalizada e interdependente suas necessidades em água, carne, grãos, petróleo, etanol, madeira, minerais em geral e o combustível azul conhecido como gás. A diversificação das fontes, mesmo que explorada ao máximo e com criatividade, abre-se menos que o implorado. Nessas águas, nadam as Ongs na Amazônia. A atuação conservacionista presente na maioria delas é intencional e lógica. Obedece ao princípio da criação de redes de reservas estratégicas em que a Amazônia insere-se sem interferir nas demandas internacionais trabalhadas pelo agronegócio mundializado.

A indefinição no como proceder por parte dos Estados nacionais diante do crescimento da influência das Organizações não Governamentais na Amazônia, menos que desorientação, é a logística dos fracos. Esquecem os oito países amazônicos que a noção de Segurança Ambiental clama por ampliação diante das novas necessidades internas e externas.

Negociado na cidade de Genebra em 1991 e operacionalizado a partir de 1994 graças às pressões da Rio-92; financiado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão e Reino Unido, o PP-G7 consagrou especial poder às Organizações Não governamentais presentes da Amazônia brasileira. Deu-lhes o controle da aplicação dos recursos inicialmente estimados em 250 milhões de dólares. Isso transformou certas Ongs em instrumento da confiança de instituições estatais dos países centrais com enorme dinamismo e força nas suas redes de relações nem sempre sintonizadas com os Estados nacionais amazônicos.

Organizações Não governamentais atuando globalmente em múltiplos teatros operacionais exibem independência de fachada porque expressivo número delas sustenta-se por doações de países com bandeiras ideologicamente a elas identificadas. Geralmente poderosas, dedicam especial carinho aos movimentos ditos sociais.

A força das Ongs em contextos de subdesenvolvimento

O trabalho dos governos dos oito países amazônicos com Ongs está por incorporar o vetor tecnocológico que em anos de atividades criou insuficientes bases a favor da proteção ambiental e social amazônicas. Áreas de conservação e a demarcação de terras indígenas, mal protegidas e incompreendidas na sua razão de ser, recebem particular atenção dessas mencionadas organizações.

O contrabando do diamante, do ouro e do mogno com consentimento de lideranças indígenas em diferentes reservas abre precedentes de gravidade. Deveria soar como advertência aos executores das políticas da Funai e do Plano de Ação para Preservação e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, todos dois monitorados por Ongs.

Das aproximadamente 23 mil Ongs no Brasil, a esmagadora maioria delas vive de recursos da União. Gastando mais consigo mesmas que nas atividades fins, vivem da indústria do subdesenvolvimento. Raramente, prestam contas do quanto ganham e no que gastam. Não governamentais só de rótulo, nos últimos cinco anos a União lhes repassou valores mais ou menos correspondentes a US\$ 5 bilhões.

A proliferação de Organizações Não governamentais na Amazônia brasileira insere-se num contexto de estagnação econômica e de alargamento do fosso social. O efeito desintegrador das privatizações a toque de caixa e o desaparecimento das grandes estatais destruíram uma cadeia produtiva pensada para a região dentro do projeto nacional de vocação nacionalista avesso a interferências de Ongs subsidiadas do exterior.

Hoje como ontem, energia, estradas e grãos capitaneiam o processo de ocupação e povoamento amazônico. Com a Siderbrás e com a Companhia Vale do Rio Doce, chegaram as metalúrgicas. O Poloamazônia amparou projetos de colonização, reforma agrária incentivando a multiplicação de núcleos agropecuários e agrominerais.

O Calha Norte, esse Projeto extremamente criticado por Ongs, protegeria a região dos inimigos externos, vale dizer, do narcotráfico e do terrorismo.

Os ensaios estadunidenses de destruir plantações de coca usando insetos e fungos e outras doenças anteriormente introduzidas no Brasil – como a ferrugem no café, o bicudo nos algodoads e a vassoura de bruxa que praticamente eliminou a produção cacaueteira nacional – não bastaram para despertar a atenção dos serviços de informação e inteligência para a guerra biológica. Tanto no legislativo quanto no executivo os ouvidos moucos impedem agir.

Prepotentes, não poucas Ongs estrangeiras com apoio da mídia nacional e internacional

declararam verdadeira guerra contra o Projeto Calha Norte e contra a presença militar na Amazônia. As primeiras cabeças a rolar foram as dos nacionalistas. Removidos de postos de comando estratégico para funções sem mando, a marginalização desse grupo contagiou. Pouco a pouco, a presença das Forças Armadas encasulou-se aos quartéis. Assim continua: um jovem delegado de polícia, um juiz recém empossado, recebe praticamente o mesmo soldo do almirante de esquadra, do major brigadeiro do ar e do general do exército.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em processador de textos de uso universal, espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@meridiano47.info indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

Países Bálticos e Rússia: as conseqüências de um novo desenho geopolítico

RICARDO DOS SANTOS POLETTO*

Uma nova cortina parece se formar na Europa, mas pouco se sabe sobre seu material e sua resistência. Com efeito, o cenário diante da Federação Russa sofreu transformações inimagináveis nos últimos quinze anos. Pouco restou do legado soviético, especialmente no que se refere aos círculos de influência de Moscou nas imediações européias.

Os recentes eventos em Tallin, capital da Estônia, desencadearam um debate pertinente e necessário sobre o papel da Rússia na região dos novos limites do bloco europeu e do Tratado Atlântico. A representatividade dos países bálticos, a primeira vista, tende a ser minorada, mas sua capacidade de ilustrar a dinâmica maior é digna de análises mais atidas. A representatividade de Estônia, Letônia e Lituânia na agenda da política externa russa evidencia os nós de transformações importantes que se processam nos pórticos do montes Urais.

O fato determinado que resgata a reflexão maior diz respeito ao desconforto diplomático e político entre Estônia e a Federação Russa em decorrência da retirada da estátua de bronze em homenagem ao soldado desconhecido do Exército Vermelho na ladeira de Tinismiaui, em Tallin – um símbolo da opressão soviética para os estonianos e um marco de libertação contra o fascismo pelos russos. O governo russo considerou a medida insultuosa. Os protestos da população estoniana de origem russa resultaram em uma morte e centenas de feridos e presos. Em seguida, a Estônia passou a sofrer sucessivos ataques cibernéticos em seus sites oficiais, afetando também a comunicação do país com o resto do mundo via internet. Evidências levam autoridades estonianas a imputar responsabilidade a grupos ligados a Moscou.

Se as relações com países do leste europeu já se encontravam estremecidas, sobretudo com a Polônia, com os países bálticos as fissuras se tornam ainda mais visíveis. Ao tangenciar temas históricos, societários e simbólicos, o relacionamento dos países bálticos com a Rússia invoca uma forte carga de ambigüidades e ressentimentos. Para Estônia, Letônia e Lituânia, independentes desde 1991, a afirmação da identidade nacional assume papel preponderante na agenda de políticas públicas. Entretanto, a ostensiva presença russa é percebida como um obstáculo significativo. Internamente, em função da larga parcela de descendentes russos residentes nos bálticos; externamente, não bastassem extensas linhas de contato costuradas por sensíveis tratados limítrofes, o enclave de Kaliningrado, ao sul da Lituânia, permanece também como lembrete indefectível da presença russa. Portanto, não há como abstrair as raízes históricas que unem a Rússia a essa região, manifestas em cada rua e na fisionomia cultural, desde a arquitetura à religiosidade.

O pacto Molotov-Ribbentrop de 1939 entre os Stálin e Hitler é constantemente aludido para contestar, desde as origens, uma pretensa postura benevolente da União Soviética para os países bálticos. Muito embora as marcas da opressão experimentada durante os anos de sovietação sejam notáveis, o discurso russo se refere a um processo de “libertação”. O 9 de maio de 1945, data do tratado de rendição dos nazistas frente ao exército vermelho, motiva comemorações em Moscou que se estendem para Estônia, Letônia e Lituânia, na medida em que as populações russas nesses países têm a oportunidade de lembrar suas origens e afirmar sua identidade.

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (ricardosp@hotmai.com)

Para as populações locais, um regime de opressão se sobrepôs ao outro. As atrocidades nazistas decorrentes da invasão em 1941 dariam lugar a cinquenta anos de regime autoritário coletivista, que também massacrava movimentos de resistência e deportou milhares para campos de trabalho forçado na Sibéria.

Os países bálticos assumem importante função analítica ao ilustrar com propriedade as dinâmicas e desafios que se colocam à Rússia em uma nova ordem local, européia e global. As repercussões imediatas e mais perenes são particularmente claras como indicativos desse processo. Localmente, verifica-se uma tendência nos bálticos pelo aumento de mobilizações civis com conotações étnicas, bem como um processo de refluxo da “russificação” do Báltico. Isso se reflete nas políticas locais desses países que contam com quase um quarto de suas populações originadas da Rússia. Uma importante questão que emerge diz respeito às políticas de concessão de cidadania; constantemente, os governos bálticos são acusados de violar preceitos de direitos humanos ao restringir o acesso dos residentes russos à plena cidadania. Com efeito, uma exigência que tem sido sustentada na Estônia e na Letônia é a exigência de proficiência na língua local para assumir cargos públicos e gozar certos direitos civis. A barreira lingüística é encarada, portanto, como um problema central, já que cria uma população marginal – cifras que chegam a 20% da população sem cidadania nacional na Letônia, por exemplo. As conseqüências bilaterais são claras, na medida em que Moscou exige o reconhecimento do russo como língua oficial nesses países. A posição de reservada, do outro lado, calcula os movimentos russos como estratégias de barganha de forma a utilizar a questão das minorias para exercer influência sobre as soberanias locais. Quadros mais extremos são observados na região limítrofe, onde a quase totalidade da população fala o russo. Na Lituânia, a questão da máfia russa também é digna de menção, na medida em que também afeta a economia, a segurança e o complexo político nacional. Assim, o desafio de resolver o problema dos passaportes cinzas dentro dos países bálticos e promover a integração étnica se projeta para a escala regional e européia.

O contexto regional, russo-europeu, envolve desdobramentos igualmente profundos. 2004 foi um ano definitivo para os passos de ocidentalização do báltico. Em março daquele ano, Estônia, Letônia e Lituânia passaram a integrar formalmente a OTAN. A torrente do Tratado Atlântico, que varreu os limites antes impostos pelo concorrente Pacto de Varsóvia, já esboçavam movimento consistente para o leste, quando República Tcheca, Hungria e Polônia aderiram em 1999. Acompanharam ainda o ingresso dos países bálticos, Bulgária, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Nem mesmo o Conselho Permanente OTAN-Rússia, renovado e remodelado em 2002, e a cooperação em ações de combate ao terrorismo foram suficientes para amenizar a resistência russa ao avanço, temendo interferências na região que antes fazia parte de sua mais estreita esfera de influências. A interpretação de que a nova geopolítica regional reflete a vitória do modelo de democracias de mercado toma corpo com a integração dos países do Leste Europeu à União Européia. Notavelmente, para os russos imperou a impressão de que seus vizinhos bálticos haviam lhe virado as costas para construir uma nova rede de relacionamentos políticos, comerciais e militares sem a benção de Moscou. Com efeito, para não mencionar a inclusão do báltico no alcance do escudo aéreo da aliança atlântica e o estacionamento de caças F-16 na Lituânia, o comércio desses países voltou-se definitivamente para o mercado do bloco europeu.

Depreendem-se das considerações regionais inúmeras implicações na ordem global. Afinal, a Rússia como potência mundial, ainda sustentada pelo legado estratégico-militar soviético e em processo de recuperação econômica, está longe de ser ator desprezível para a compreensão das grandes dinâmicas internacionais. A dificuldade de diálogo em diversas frentes – do Kosovo, perseguições políticas, contenciosos energéticos e comerciais – apontam para um isolamento russo, que tende a se aproximar das ex-repúblicas socialistas mais próximas na Ásia Central. O isolamento em curso, entretanto, seria negativo tanto para a Rússia quanto para o Ocidente ao que pesem as reservas energéticas de petróleo e gás do país, um de seus maiores recursos de barganha na atualidade.

Composto o quadro de avanço da frente ocidental, é possível apontar algumas conclusões que se ligam aos cenários possíveis. Em primeiro lugar, o remodelamento político regional exige uma nova postura russa com relação aos vizinhos. Ao tratar com a Estônia sobre questões históricas ou ao interromper fornecimento energético para a Lituânia por razões políticas, a Rússia deve entender que sua interlocução imediata recai no âmbito da União Européia e não mais em meros relacionamentos bilaterais assimétricos. Neste momento, a suposta participação das autoridades russas nos ataques cibernéticos ao espaço virtual da Estônia que se seguiram aos protestos em Tallin conta com o apoio investigativo e técnico da União Européia e da OTAN, de maneira que a comprovação do envolvimento russo traria conseqüências deletérias no diálogo cooperativo com grandes forças do ocidente. Em segundo lugar, faz-se presente um processo de aprendizagem e adaptação com relação ao novo quadro geopolítico. A Federação Russa encontra dificuldades de interlocução, sobretudo, como resultado de divergências de discurso e prática política em relação ao Ocidente, em função da centralização política crescente na gestão Putin.

É certo que a margem de manobra russa a oeste sofreu grandes revezes, mas o posicionamento do país ainda é tido em alta conta pelas autoridades

ocidentais. A despeito das tensões circunstanciais, deve-se relevar o fato de que a aliança ocidental que se avizinha não agiria sem algum indicativo de anuência da potência russa. É fundamental para Moscou rever seus cálculos de inserção e de oportunidades no novo cenário europeu; especialmente, no que tange à dependência energética da União Européia. Os países bálticos se encontram em outra órbita, que lhes tem gerado maturidade política e crescimento econômico, e forçosamente se encaminham para um afastamento com seu vizinho maior. Não há perspectivas de retrocesso nesse sentido. Cabe à Rússia combater a eclosão de um fenômeno de "russofobia" na região, ainda afetada pelas memórias do passado recente e demandar, junto à União Européia, respeito aos direitos dos cidadãos russos nos novos países membros do bloco. Uma vez colocado que o afastamento russo possui conotação negativa para todas as partes, Estônia, Letônia e Lituânia, dentro do quadro europeu, tendem a recorrer a seus vínculos positivos com uma nova Rússia, de forma a atender aos imperativos de um diálogo necessário. Por fim, em contraparte ao aceno ocidental, o desenho da política externa também deve sofrer adaptações consoantes aos novos tempos para a Rússia, uma potência ainda irrequieta em um cenário de grandes transformações.

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Tratado de Roma, 50 anos

MARIA IZABEL MALLMANN*

A trajetória da europeia dos últimos cinquenta anos demonstrou que as fronteiras políticas podem deixar de ser obstáculos intransponíveis para consecução dos ideais de progresso material e realização conjunta dos povos, em contraposição a séculos de embates sangrentos. A Europa que, no século XX, protagonizou duas guerras mundiais, encontrou, na segunda metade desse século, um *modus vivendi* que proscreveu a violência como forma de realização dos interesses nacionais e, desde então, inspira o mundo para a paz. Para tanto, foram decisivos episódios bélicos traumáticos capazes de fragilizar as lealdades nacionais e semear a aspiração por uma forma de convivência pacífica fundamentada em valores e objetivos comuns. Espera-se que tais episódios, fundamentais no caso da União Europeia, não sejam incontornáveis, para o bem do restante do mundo que aspira a um ideal de paz e prosperidade semelhante.

O aprofundamento da integração europeia é pontuado por quatro tratados constitutivos que ligam cinco décadas de negociações em prol da superação dos limites impostos pelas diferenças nacionais à paz duradoura e à prosperidade. Ao instituir a exploração conjunta do carvão e do aço, o tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), de 1951, comprometeu mutuamente seis países europeus (França, Itália, República Federal da Alemanha, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) de modo a, na melhor tradição funcionalista, promover interesses compartilhados que minimizassem a possibilidade de guerra. A frustração da projetada Comunidade Europeia de Defesa (CED) no início da década de 1950, que implicaria também na criação de uma Comunidade Política Europeia expôs as resistências de então, sobretudo da França sob De Gaulle, a iniciativas que implicassem alienação de soberania. A integração setorial firmou-se como a

via mais promissora face às resistências às estratégias federalistas. Pela via funcionalista, foi possível criar e desenvolver compromissos mútuos, arrefecer as resistências nacionalistas e projetar nas sociedades a idéia de uma Europa unificada.

Persistir apesar das oposições e obstáculos parece ter sido a marca fundamental da trajetória da União Europeia desde seus primórdios, até porque havia crescente consenso quanto à idéia de que as possíveis alternativas ao projeto de integração não assegurariam a paz recém conquistada. Assim, em 1957, dois novos tratados foram firmados. Um, instituindo a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) e outro, a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Esta, propunha o estabelecimento de uma união aduaneira no prazo de doze anos. Apesar dessas novas frentes de integração estarem conforme o espírito funcionalista de integração setorial, foram tomadas precauções adicionais, como a formação prévia das opiniões dos públicos concernidos e o estabelecimento de mecanismos intergovernamentais de controle, para evitar resistências nacionais.

Gradualmente e não sem dificuldades, a integração europeia tanto foi aprofundada quanto alargada de acordo com o que fora acordado pela Conferência de Cúpula de Haia, realizada em 1969. Após longo período de dificuldades, estabeleceu-se, naquela ocasião, as metas de atingir a união econômica e monetária, a união política e de obter a adesão de novos membros à comunidade. Desde então, o alargamento abriu espaço para mais vinte e seis países (Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia, Suécia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Eslovaca, Eslovênia, República Checa, Hungria, Malta, Chipre, Bulgária e Romênia), doze dos quais ingressaram após o fim da Guerra Fria, de acordo com a estratégia

* Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. (izabel.mallmann@puers.br).

de evitar que países ex-socialistas passassem a outra esfera de influência que não a europeia.

Quando, em 1992, é firmado o Tratado da União Europeia que consolida os avanços obtidos, adapta o bloco às transformações internacionais do pós Guerra Fria e encaminha seu aprofundamento, os obstáculos iniciais haviam sido superados e novos desafios colocavam-se ao seguimento do empreendimento europeu, advindos tanto da velocidade do processo, do caráter dos avanços operados quanto das diferenças introduzidas pelo alargamento do bloco que, apesar de reunir países com profundas diferenças quanto à cultura, à língua e às tradições, os fez aderir a um mesmo modelo econômico e a valores da democracia liberal e do estado de direito. Mesmo assim, os novos membros introduzem questões econômicas, sociais e financeiras até então desconhecidas e para cuja solução as instituições deverão ser adequadas e montantes consideráveis de recursos destinados. Tanta diferença torna todos os processos decisórios mais complexos e sua celeridade introduz, no seio da própria União, temores quanto a desdobramentos futuros e renova insatisfações em relação à burocratização e à precária participação dos cidadãos nos processos decisórios, o chamado *déficit democrático*. Os últimos avanços da integração europeia tanto de aprofundamento do processo quanto de alargamento requerem um tempo para maturação de modo a que as sociedades assimilem os impactos e respondam positivamente às diferenças introduzidas, de forma a reverter o estado de ânimo político observado atualmente que tem resultado em absentismo eleitoral e na resistência em corroborar novos passos rumo à consolidação das instituições europeias.

A construção europeia longe de ser um processo tranquilo foi marcada por muitas e graves dificuldades, que poderiam questionar sua viabilidade. Basta lembrar, nesse sentido, os longos anos de governo gaullista na França que interpôs enormes obstáculos ao avanço comunitário logo em seus primeiros anos, devidos tanto ao nacionalismo quanto a animosidades em relação ao Reino Unido. Outro exemplo é a crise desencadeada pelas controvérsias entre os membros sobre o financiamento das políticas e estruturas europeias e sobre o controle parlamentar sobre as decisões. Da mesma forma, as crises externas perturbaram fortemente o processo. No entanto, ao sair desses embates, a potência Europa aparece, aos olhos do mundo, mais fortalecida e, face às dificuldades, os avanços revestem-se de maior importância.

As conquistas desse processo são inestimáveis, para a Europa e para a humanidade. A demonstração cabal de que chegamos a um tempo em que é possível realizar os interesses nacionais pela via da cooperação constitui um passo decisivo rumo à realização dos ideais de paz que animaram os debates sobre a construção da Europa desde tempos pretéritos. A União Europeia representa hoje um modelo de relações internacionais eminentemente pacíficas, fruto de muitas guerras e de um enorme esforço de cooperação que rivaliza com outro *modus operandi* em de relações internacionais, amplamente vigente, que valoriza o uso da força na resolução das controvérsias. Resta avaliar as chances que a grande maioria dos povos tem para escolher entre uma e outra via.



A visita de Bento XVI ao Brasil

VIRGÍLIO ARRAES*

Há pouco mais de dois anos, escolheu-se em conclave Joseph Ratzinger, à época titular da Congregação para a Doutrina da Fé, para ser o sucessor do Papa João Paulo II. Quase octogenário, ele enunciaria representar um pontificado de transição, de modo que fosse possível aguardar uma atuação circunspecta, propícia, por seu turno, para a Santa Sé refletir sobre a configuração política contemporânea.

Todavia, dada a composição do Colégio Cardinalício, preenchido lentamente por João Paulo II, o conservadorismo predomina ainda em decorrência da já distante influência da Guerra Fria, onde se enfatizou no Ocidente um posicionamento substancialmente anticomunista. Dentre os formuladores do pontificado do período joanino, destacou-se o próprio Cardeal Ratzinger, tanto pela erudição como pela rigidez de seus enunciados em termos comportamentais e doutrinários.

Na América Latina, região em que se concentra o maior número de católicos formais, a atuação de Ratzinger destacou-se pela severidade com que os adeptos da Teologia da Libertação eram tratados, o que significaria até a substituição de reitores de seminários vinculados a ela. Nos anos 80, Ratzinger expressaria que a Teologia da Libertação seria 'a maior ameaça à fé na Igreja na América Latina' – em 1984, ele chegaria a afirmar que ela seria uma forma de heresia. O próprio João Paulo II nunca concordou com a exposição de um Jesus Cristo revolucionário ou subversivo.

Tradicionalmente, a Teologia da Libertação cativou mais os fiéis conectados ao progressismo político, desde o seu início, na década de 60. Diante do cenário desolador, do ponto de vista social, reservado à América Latina durante a Guerra Fria, sindicalistas e filiados a partidos de esquerda aproximaram-se do movimento, cujo motivador

inicial havia sido Gustavo Gutierrez, padre peruano. Como contraponto, tradicionalistas encaravam-na assaz temporal, de forma que a parte espiritual da Igreja ficaria para um plano secundário.

Diante do aprofundamento da desigualdade social no continente, impulsionado pela aplicação maciça do ideário neoliberal nos anos 80 e 90, defensores da Teologia da Libertação mantiveram-se ativos, em especial nas comunidades eclesiais de base, que totalizam atualmente quase 80 mil em todo o Brasil.

Embora a Teologia da Libertação já não seja tão visível, até pelo perfil conservador das escolhas para bispos e cardeais durante o pontificado de João Paulo II, seus adeptos latino-americanos mantêm viçoso o vínculo entre fé e política. Todavia, a vigilância vaticana continua ativa: em março deste ano, a Santa Sé disciplinou Jon Sobrino, jesuíta basco, residente em El Salvador.

Como Sumo Pontífice, Ratzinger destaca que a América Latina é a região de maior responsabilidade do Papado em decorrência da extensão de sua comunidade católica, ao totalizar quase meio bilhão de fiéis, dos quais o Brasil responderia por cerca de 130 milhões. Isso significaria percentualmente em torno de 65% do total da população, distante dos quase 90% da primeira visita papal de duas semanas, efetivada por João Paulo, em 1980.

Contrariamente ao esperado, Bento XVI não é um papa de transição, por ainda vincular-se ao ideário político de seu predecessor, o que lhe permite no cenário internacional lançar críticas contundentes aos principais membros da Nova Ordem, de corte neoliberal, mas não ao sistema em si, tal qual João Paulo II.

Em sua visita à América Latina, a primeira de seu pontificado, Bento XVI buscou renovar os laços com a juventude – 'futuro da Igreja e da humanidade – ao

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

valorizar determinados princípios comportamentais relacionados com a castidade, sem que, a princípio, mencionasse explicitamente a questão do aborto, fonte de bastante polêmica na região, notadamente por causa da recente modificação na legislação do México, onde se permite a sua realização até doze semanas de gestação.

Tal polêmica não é recente – rememore-se que, em 2004, o candidato do Partido Democrata, John Kerry, às eleições presidenciais dos Estados Unidos fora admoestado publicamente por vários bispos de lá que não recebesse a comunhão em decorrência de seu posicionamento quanto ao tema. No próprio Brasil, embora sejam imprecisas as estatísticas, estima-se número entre um e dois milhões por ano de ocorrências. De toda sorte, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reitera o posicionamento antiabortivo.

Do México, saiu da reflexão da Igreja local a visão de que os congressistas que houvessem colaborado para a aprovação da lei poderiam ter-se excomungado automaticamente, conforme o código canônico. Mais tarde, contemporizar-se-ia, ao declarar-se que tais votantes teriam de se abster da cerimônia da Eucaristia. Em declaração de dezembro de 2006, Ratzinger afirmou que não seriam negociáveis os pontos vinculados à proteção da vida humana.

De todo modo, de acordo com o Vaticano, o tema do aborto não havia sido deliberado como o principal motivo da viagem papal à América Latina. Para o Brasil, é significativo ter sido escolhido como o primeiro ponto da visita de cinco dias de Bento XVI – que havia visitado o país como responsável ainda pela Congregação para a Doutrina da Fé em 1990 – em vez do México ou mesmo dos Estados Unidos, cujo número de católicos cresce, em face do perfil emigrante a dirigir-se para lá nas últimas décadas.

A presença papal coincidiu com a abertura da quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, organizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), cuja duração seria entre os dias 13 e 31 de maio na cidade de Aparecida do Norte (SP). Ademais, Bento XVI canonizou o paulista Antônio de Santana Galvão, frade da ordem franciscana, conhecido popularmente como Frei Galvão, o que faria dele o primeiro santo nascido no Brasil.

De toda sorte, conquanto não manifeste simpatia ao envolvimento de sacerdotes com política, o Papa endereçou, recentemente, documento em que solicita aos principais governantes do globo que perdoassem as dívidas dos países mais pobres e instituísem mecanismos mais justos no comércio internacional.

A despeito de representar a maioria dos cristãos, ao perfazer, em um primeiro momento, um bilhão e cem milhões de católicos, a Igreja assiste à progressiva perda de influência em regiões historicamente cristãs, o que se refletiria na peregrinação do Pontífice ao continente. Não obstante o caráter ecumênico de parte de sua peregrinação ao Brasil, ao avistar-se com representantes de doze outras religiões, não haveria a participação dos neopentecostais.

Por fim, a visita papal, portanto, serviu para contra-arrestar críticas de que o seu breve pontificado era sobremodo voltado para temas norte-atlânticos – afinal, quatro de suas cinco viagens haviam sido realizadas na Europa. De toda forma, duas questões estruturais perduram sem um encaminhamento viável no curto prazo no Brasil: a extrema desigualdade social, atenuada por políticas compensatórias governamentais, e a insuficiência de sacerdotes locais para o adequado acompanhamento da vida espiritual dos fiéis católicos.



Novas dimensões do terror: ramificações da Al-Qaeda na Somália e seus significados para a segurança internacional

IZADORA XAVIER DO MONTE*

A Somália não conhece uma organização estatal efetiva desde 1991. Logo após a queda do governo Siad Barre e o início de um conflito civil, a comunidade internacional tentou intervir por meio de uma missão conjunta dos EUA e da ONU para o país. As duas operações de paz então organizadas foram um marco de fracasso dentro do sistema Nações Unidas e, desde 1995, o tratamento da questão da Somália neste órgão tem sido mínima. Somente a dois anos atrás o país restabeleceu uma presidência transicional, inicialmente baseada no Quênia. Aproximadamente na mesma época, a década e meia de conflito resultava no surgimento de um grupo religioso chamado União das Cortes Islâmicas que aos poucos tomou o controle país de maioria muçulmana e iniciou a aplicação da lei islâmica da Shar'ia na região.

O crescimento da participação da União Africana na resolução de conflitos regionais foi importante para que, no momento de ascensão da UCI e de estabelecimento do governo transicional, fosse possível tentar acordar um cessar-fogo entre as duas partes na tentativa de um primeiro passo para a estabilização do país. A tomada pela União das Cortes Islâmicas da capital do país, Mogadíscio, em julho do ano passado, contudo, dificultou a relação entre as duas partes e levou a uma intervenção da Etiópia no país para conter o avanço da milícia islâmica. Em janeiro desse ano, a Etiópia foi capaz de retomar a capital e permitir o traslado do governo transicional para a cidade. Uma missão da União Africana para a Somália é aprovada, e as tropas etíopes começam a se retirar do país.

O início do retirada das tropas da Etiópia e desdobramento das tropas da União Africana, todavia, estão longe de representar um desenvolvimento positivo para a região do chifre da África. No início desse mês, cinco ugandenses servindo nas tropas da união africana foram mortos por uma explosão em uma estrada da capital. A UCI ainda controla boa parte do país e, de acordo com certas análises, goza de apoio da população muçulmana. Como fator complicador, a explosão que matou os soldados da OUA se assemelha com as técnicas usadas pela Al-Qaeda de Osama Bin Laden na resistência à presença norte-americana no Afeganistão. Tal fato só reforçou as crenças defendidas por Etiópia e EUA, ainda que negadas por Uganda, da ligação crescente entre a União das Cortes Islâmicas e a Al-Qaeda, crenças que tiveram início com a prisão de suspeitos dos ataques terroristas ao metrô de Londres são quando estes tentavam passar da fronteira da Somália para o Quênia.

Nova atenção se volta à Somália a partir da percepção de que células da Al-Qaeda podem estar usando do poder da União das Cortes Islâmicas sobre o território somali para se organizar dentro do país. Essa percepção impactou de diversas maneiras no já complicado tratamento do conflito somali.

Por um lado, a possibilidade de acordo entre a UCI e o governo transicional e/ou as tropas etíopes diminui enormemente devido a identificação das Cortes com um grupo terrorista. O uso de técnicas da "guerra contra o terror" por tropas apoiando o governo transicional tem sido criticado por provocar abusos em larga escala dos direitos humanos contra

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PETREL e do Laboratório de Análise de Relações Internacionais – LARI (izadora.x@gmail.com).

a população civil. Por outro lado, aumentou o apoio dos EUA às ações da Etiópia e a uma solução urgente da crise somali, preferencialmente por meio da supressão de qualquer possibilidade de fortalecimento das redes terroristas no país. Percebe-se, assim, que a ligação entre o conflito somali e o terrorismo internacional produz dinâmicas que redefinem as dimensões do conflito.

Robert Cooper, em seu livro *The Breaking of Nations*, afirma que a globalização nos aproxima não apenas do aclamado sentimento cosmopolita que tantos autores prenunciam. Segundo Cooper, o mundo hoje é dividido essencialmente entre o “caos” pré-moderno e o centro organizado. A situação precária das instituições de governo do “Estado” pré-moderno, situação que acabou alcunhada de “falência estatal”, é um ambiente fértil para o florescimento do que seriam as maiores e mais particulares ameaças da contemporaneidade: as redes transnacionais de crime e terror. O aumento das comunicações e do transporte, o fácil acesso e disseminação de armas de destruição em massa colocariam essas redes contra o centro mundial organizado por lógicas estatais modernas.

A ligação entre a tese de Cooper e a situação recente da Somália é inevitável, principalmente para a potência que protagoniza a atual guerra contra a ameaça transnacional do terrorismo: os EUA. Interessante notar, especialmente, que a retomada de uma preocupação mais profunda da comunidade internacional com a Somália se dá não por causa da tão citada doutrina da “responsabilidade de proteger”, mas devido a um sentimento real de ameaça que a desorganização institucional do país representa. A possível aliança entre Al-Qaeda e UCI retoma a tese de Cooper com alguns desdobramentos ainda mais preocupantes. A globalização, nesse caso, representa uma modificação essencial nas ameaças à segurança internacional. A revolução nas comunicações e transportes faz com que centro

organizado e periferia caótica estabelecem uma relação perigosamente próxima e coloca países como a Somália, que sequer possui um exército organizado, no centro da atenção das grandes potências como ameaça prioritária.

A ligação entre uma relativamente pequena milícia islâmica e uma rede transnacional de terroristas em uma região distante e incrivelmente pobre da África não esgota seu impacto, no entanto, na demonstração de que o cenário internacional da segurança está mudando essencialmente. As dimensões problemáticas da globalização também refletem na forma de perceber e propor soluções para o conflito de um país como a Somália, de outra forma desimportante. Provas que confirmem a existência de uma ligação efetiva entre UCI e Al-Qaeda tendem dessa maneira a aumentar a atenção direcionada pela comunidade internacional para a Somália.

O maior foco dado ao conflito graças ao delineamento das relações complexas que se estabelecem entre o local e o global no mundo contemporâneo não são, todavia, fatores que facilitem a solução do caso somali. As formas de resposta a ameaças transnacionais como o terrorismo ainda não estão seguramente organizadas. Mesmo as tentativas de organizar as periferias de acordo com os modelos democráticos-institucionais do centro, a fim de diminuir a possibilidade destas se tornarem bases para a reunião de forças “destrutivas” contra o Estado moderno central, forma típica do *peacekeeping* contemporâneo das Nações Unidas, encontram inúmeras dificuldades e críticas. Se a compreensão das formas de ligação entre global e local na constituição das ameaças internacionais é esparsa, menos definido ainda estão os acordos entre Estados sobre como lidar com essas mudanças. O caso somali pode, contudo, ser um sinal importante para a necessidade dos Estados despertarem para a necessidade de se pensar cuidadosamente essas novas dinâmicas da segurança internacional.



Crescimento desigual na América Latina

RICARDO DASILVA*

O ambiente econômico favorável ao crescimento na América Latina, refletido desde 2002, não se refletiu nas metas de atendimento social de acordo com último relatório – *Estudos Econômicos da América Latina e do Caribe 2005 – 2006* – da Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Nele, apresentam-se dados que mostram que a desigualdade continua sendo um dos problemas centrais dos países da região.

Registrou-se na região um crescimento econômico de 4,5% em 2005, considerado satisfatório, ainda que inferior a 2004, com 5,9%. O produto interno bruto (PIB) acumulou um aumento da ordem média de 4,3% anual, o que foi inferior às taxas de outras regiões.

Mesmo com acentuada volatilidade dos mercados, o crescimento da região contou com uma conjuntura externa favorável, representada por: a) aumento substancial das exportações; b) reajuste dos preços dos produtos exportados; e c) grande liquidez dos mercados de capital. Parte do incremento das exportações ocorreu devido ao dinamismo da China e da Índia, cujas taxas de crescimento beiraram respectivamente os 9% e os 8%.

Desta forma, o aumento das exportações permitiria aos países da região o acúmulo de altos superávits primários e, por conseguinte, a reestruturação de suas dívidas externas principalmente pela valorização de suas moedas nacionais em relação ao dólar. Nesse sentido, Argentina e Brasil chegaram mesmo a antecipar o pagamento dos empréstimos obtidos anteriormente junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de 2005.

Como já enfatizado, apesar do crescimento econômico, o estudo da CEPAL mostra que a região continua apresentando uma desigualdade

manifesta não somente na distribuição de renda, mas principalmente no acesso a educação, o que já aponta para um problema maior que é o da exclusão digital.

Pode-se, por outro lado, argumentar que o relatório sinaliza que, entre 2003 e 2006, se melhorou o índice de redução da pobreza. Assim, foi a primeira vez que o percentual de pessoas pobres na América Latina ficou abaixo dos níveis de 1980 – 44% da população em 2002 viviam abaixo da linha de pobreza; em 2005, o nível é de 38,5%. Entre 2002 e 2005, a quantidade de pobres e indigentes diminuiu em 12 milhões e 16 milhões de pessoas respectivamente.

Uma das causas apontadas pelo estudo para a diminuição foi a redução da taxa de desemprego urbano e o aumento do PIB, ainda que insuficientes para recuperar o nível de proteção social que havia no começo dos anos 90. De todos os 17 países da região, somente o Brasil e o Chile conseguiram superar as metas da redução da pobreza extrema. Do outro lado, Argentina, Uruguai e Venezuela foram os que menos avançaram nesse campo social.

Para que haja coesão social, há necessidade de que o povo volte a acreditar na atuação do Estado como principal protagonista a fim de elevar a região a tornar-se uma sociedade mais justa e equilibrada mesmo dentro de uma economia de mercado, ao proporcionar oportunidade de crescimento e trabalho.

O estudo aponta três fatores necessários para um novo contrato social: crescimento econômico e de emprego; maior acesso à educação; por fim, programas de proteção social de cunho mais universalizado que os existentes atualmente, em especial na área de saúde e previdência.

Destaque-se que o estudo da CEPAL projeta para a segunda metade de 2007 um possível

* Mestre em economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRR e em Administração pela Universidade de Brasília – UnB e Professor do Departamento de Economia e Administração da Universidade Católica de Brasília – UCB (ricardos@unb.br).

cenário de desaceleração na economia mundial, o que provavelmente afetaria os países da região. Dois fatores principais deverão contribuir para a desaceleração: o crescente déficit em conta corrente da balança de pagamento dos Estados Unidos da América e o aumento do preço do petróleo. A combinação desses dois fatores poderá levar ao aumento de juros dos EUA e à redução da demanda interna desse país.

Por último, o estudo da CEPAL deixa claro que, apesar desse cenário, considerando que o crescimento econômico da região poderá continuar de forma sustentável. Pois, ao longo dos últimos anos os países da região desenvolveram mecanismos suficientes para se manterem imunes a uma possível recessão mundial, principalmente ao aumentar o superávit primário; incrementar as reservas internacionais e melhorar o perfil da dívida. Desta forma, será possível enfrentar uma deterioração externa internacional.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

A elegância do Elefante e a imponente do Dragão

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO*

A emergência atual da Índia e da China tornou-se objeto de noticiário cotidiano. Com frequência, esgotam-se as possibilidades de comparação imaginária, entre o “elefante” e o “dragão” que simbolizam, como se sabe, respectivamente, cada país.

A maioria dos artigos e estudos sobre suas economias reconhecem, por enquanto, a liderança econômica do dragão chinês, que estaria voando à frente dos passos cadenciados do paquiderme indiano. Para o observador em Mumbai, no entanto, fica a impressão de que, apesar desta simbólica vantagem, os dirigentes de Pequim procuram dissociar a imagem da RPC daquela figura mitológica.

No que diz respeito ao mascote dos Jogos Olímpicos de 2008, a serem realizados na RPC, por exemplo, os chineses preferiram o urso panda, melhor associado à imagem acolhedora de uma “economia socialista de mercado”, aberta ao capitalismo internacional, do que a do dragão, sempre presente nos ornamentos da China Imperial, então fechada ao resto do mundo.

Fica, aqui, portanto, a pergunta sobre quando Nova Delhi deveria preferir reciclar a imagem do lento elefante, pela do dinâmico tigre, também historicamente associado à Índia e, talvez, mais representativo no momento atual, quando este país pretende apresentar-se como importante ator na economia global.

Neste ponto, caberia reiterar uma diferença fundamental, entre os processos decisórios nas duas potências emergentes asiáticas. Na RPC, como sabe, há uma evolução ditada pelo Governo central, de cima para baixo. O discurso e ações são determinados pelo Partido Comunista, sem consulta popular. Daí,

sempre de acordo com a conveniência do PCC, pode prevalecer o apelo ao dragão ou ao urso panda, sem contestação social.

Na Índia, contudo, os avanços econômicos recentes são determinados por consenso de setores interessados. As autoridades centrais, na verdade, sentem-se ameaçadas, na medida em que a burocracia de 20 milhões de pessoas poderia perder privilégios e prerrogativas, caso sua lentidão paquidérmica viesse a ser substituída pela agilidade felina. Assim, é de se esperar que haja forte determinação dos governantes, para que permaneça o apelo aos atributos de realeza, longa vida e fortaleza, associados ao elefante.

Comparações entre as duas economias iniciam-se, invariavelmente, com os conhecidos pontos fortes de cada país. A Índia lidera no setor de serviços, particularmente na tecnologia da informação. A China tem sido, nos últimos anos, o maior polo de atração de capitais diretos estrangeiro, tornando-se uma enorme plataforma de produção e exportação de bens.

A partir daí, são repetidas análises sobre o futuro brilhante dos dois gigantes asiáticos, na medida em que, segundo alguns setores de opinião, não haveria recuo no progresso ora em curso. Para o observador em Mumbai, contudo, os dados sempre apontados, como seus respectivos pontos fortes, podem, na prática, serem vulnerabilidades.

Isto porque, no que diz respeito à economia indiana, o ter-se voltado para a tecnologia da informação não foi resultado de vantagem competitiva natural alguma. Pela novidade do setor, o gigantismo estatal aqui criado, após a Independência, em 1949, não tivera tempo de “regular o setor”. Daí ter havido

* Diplomata de carreira e atualmente exerce a função de Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai. As opiniões expressas neste artigo são de sua inteira responsabilidade e não refletem posições do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (papinto2006@gmail.com).

uma emigração natural de talentos para a inovadora área de “IT” – livre das garras da burocracia. A exportação destes serviços, ademais, ocorre pela internet, sem ter que ser submetida aos inúmeros impecilhos decorrentes da péssima infra-estrutura nacional, em termos de estradas e portos.

Quanto à China, o fato de haver vasta captação de recursos externos, cabe observar, deriva da debilidade do país em contar com sistema bancário e mercado de capitais próprio. Mesmo se beneficiando com poupança interna estimada em 40% do PNB, há poucas instituições financeiras chinesas com competência para alocar estes recursos eficientemente. Além disso, o fato de ser uma enorme plataforma de produção e exportação de marcas estrangeiras pode refletir pouca capacidade de inovar, limitando-se, em muitos casos, a “agregar suor”, à fabricação local de bens estrangeiros.

Verifica-se, portanto, que a corrida entre o “elefante” e o “dragão” poderá não ser decidida em função de seus reconhecidos pontos fortes, no momento, conforme assinalado acima.

Isto é, por um lado, a China – segundo estudos disponíveis – teria que colocar-se em plataforma mais elevada do que a de ser um espaço onde a mobilização de seus recursos continue a ocorrer, em função de interesses ditados do exterior.

Por outro, a Índia – para o observador local – teria protegido, em demasia, seus próprios empresários e mantido as companhias multinacionais à distância. Assim, as mega empresas indianas são muito maiores do que as chinesas. O problema é que sua sobrevivência, como produtoras de bens – não incluídas aí as de serviço, pelas razões já mencionadas – depende ainda de restrições à concorrência com o capital estrangeiro. Trata-se de reação nacionalista, adotada logo após a Independência do país, em 1949, na linha do exposto em coluna anterior.

Artigo recente, publicado em revista local, narra a curiosidade de que uma engenheira chinesa, após concluir curso em Mumbai afirmou que gostaria de ver a cidade de Xangai transformada para parecer

mais com este maior centro urbano indiano. A observação causa perplexidade – para os que conhecemos ambas as metrópoles – pelo fato de que não se cansa de ouvir o quanto “a China estaria 20 anos à frente da Índia, em matéria de infra-estrutura”. Aqui falta energia, o trânsito é caótico, os prédios residenciais e de escritórios encontram-se deteriorados e metade da população de 17 milhões de habitantes mora em favelas ou nas ruas.

Para a referida visitante da RPC, contudo, infra-estrutura material pode ser construída com facilidade, em Mumbai. Seria mais difícil, segundo ela, criar, em Xangai, a “infra-estrutura do conhecimento”, bem como a bancária e financeira e capacidade de inovação que o tipo de liberdade existente entre os indianos permite desenvolver e consolidar.

As comparações entre os países que adotam como símbolo o elefante e o dragão seriam, como antecipado no início, inúmeras. O grande desafio que se coloca a ambos, no entanto, é o de resolver o problema da fome e miséria.

Muito de nós, quando crianças, ouvíamos de nossos pais, a cobrança de que “coma as cenouras de seu prato, pois milhões de indianos estão morrendo de fome” (lembram?). Enquanto isso, em regiões ao Sul da China, até hoje, o primeiro cumprimento matinal não é o de um “Bom Dia”. Lá se pergunta: “você já comeu hoje?”. O que seria explicado por períodos de fome prolongados, na longa história chinesa.

Por falar em comida, conta lenda local que o dragão teria o hábito de devorar o filhote do elefante. Enraivecido o pai da cria seria capaz de enfrentar o inimigo. Ao término da peleia, o dragão estrangulava o paquiderme que, com seu peso, cairia ao chão, esmagando o adversário com seu peso. Haveria destruição mútua.

Espera-se, nesta perspectiva, que a competição entre os dois gigantes asiáticos continue a ocorrer em termos pacíficos e simbólicos, prevalecendo os traços favoráveis da elegância do elefante e da imponência do dragão.



O futuro político francês: reflexões e perspectivas

TIAGO WOLFF BECKERT*

Por muito tempo, a disputa política francesa centralizou-se em dois blocos: a direita conservadora e a esquerda socialista. Nas últimas eleições presidenciais, entre abril e maio de 2007, as coisas não se passaram de forma diferente. O candidato governista da UMP, Nicolas Sarkozy, e a candidata do Partido Socialista, Ségolène Royal, foram os principais personagens de um processo que foi considerado o mais importante fato político francês dos últimos anos. Embora a rápida ascensão de um terceiro candidato, François Bayrou, tenha balizado parte da dinâmica, o segundo turno não apresentou novidades – diferentemente do que aconteceu nas eleições presidenciais de 2002, quando o candidato de extrema-direita Jean-Marie Le Pen passou ao segundo turno do certame. Cabe aqui apresentar, de maneira bastante rápida, cada uma das trajetórias dos principais candidatos.

Candidatos

Nicolas Sarkozy, político ambicioso e midiático, nunca escondeu sua vontade de chegar à presidência francesa. Para isso, construiu uma carreira sólida que nunca deixou de evoluir, apesar de pontuada por alguns problemas. Prefeito aos 28 anos, parlamentar aos 34 e ministro aos 38, foi apadrinhado pelo último presidente francês, Jacques Chirac, ainda na década de 80. Após romper tal vínculo, retomou-o e em 2002 assumiu o cargo de Ministro do Interior. Ganhou tanto admiradores quanto inimigos, devido a sua fala direta e a suas posições radicais com relação à política de imigração e à segurança.

Ségolène Royal foi a primeira mulher na história francesa com chances reais de assumir a

presidência do país. Ganhou espaço no Partido Socialista de forma rápida, surgindo em novembro de 2006 como a candidata escolhida. Nascida no Senegal, só chegou definitivamente à França com 11 anos de idade. Feminista e de esquerda, trabalhou como assessora da Presidência francesa em saúde, ambiente e juventude aos 27 anos, durante o governo do também socialista François Mitterrand. Assumiu o Ministério do Meio Ambiente nos anos 90, durante o governo de Pierre Bérégovoy, e mais tarde o Ministério de Educação e Assuntos Familiares no governo de Lionel Jospin.

François Bayrou é o candidato centrista que assustou os dois candidatos supracitados, alcançando inclusive reais chances de chegar ao segundo turno. Aparece como uma alternativa ao que chama de política bipolar que se alterna no poder, propondo-se uma força de mudança chamada de “centrismo revolucionário”. Era Ministro da Educação entre 93 e 95, durante uma das maiores crises do setor na França, o que arruinou todo o seu trabalho. Candidatou-se pela primeira vez nas eleições de 2002, na qual recebeu 7% dos votos. No processo de 2007, sua maior importância encontrava-se no quanto poderia influenciar a disputa no segundo turno, estando ou não presente nela.

O último candidato aqui apresentado é Jean-Marie Le Pen, posicionado na extrema-direita da política francesa. Foi a grande surpresa nas eleições de 2002, quando conquistou 17% dos votos e chegou ao segundo turno – perdendo, então, para Chirac. Seu histórico político é bastante curto: foi o mais novo membro da Assembléia Constituinte, nos anos 50, nunca chegando a outros cargos eletivos de peso. Considera os imigrantes a principal fonte

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (tiagobeckert@uol.com.br).

de problemas no país e, por isso, prega a execução de uma política de “tolerância zero” na imigração, com ações que favoreçam o emprego apenas de cidadãos nascidos no país.

A campanha

Os franceses, mais do que outros povos, são muito receosos e não confiam no mercado. Desse modo, tendem a depender muito da atuação do Estado, esperando que o governo lhes ofereça soluções. Assim, escolheriam para assumir o *Palais Elysée* o candidato que se mostrasse mais capaz de dar estratégias ao Estado para intervir de modo consciente no mercado, criando a sensação de que eles controlam seu próprio país. O que se tenta mostrar é que, nas eleições francesas, estava em jogo a habilidade que o Estado demonstraria em prover soluções para os problemas trazidos pela globalização: basicamente, a população está preocupada em saber como o governo pode lidar com o crescimento dos mercados globais. Nesse sentido, os principais temas que permearam os desenvolvimentos das campanhas foram a imigração, a integração europeia, a economia e o desemprego (mesmo que tenham se destacado por terem sido deixados deliberadamente de lado pelos candidatos).

As discussões de propostas em torno da imigração foram centrais na campanha eleitoral. Independentemente de quem fosse o vencedor, essas eleições foram as mais importantes para os imigrantes que moram na França e para os franceses que moram no exterior. A mudança de interesses poderá levar a uma mudança de prioridades entre esta geração e a anterior, e impulsionar uma mudança de dinâmica na política externa francesa. A população muçulmana votante gira em torno de 2 milhões de pessoas, de origem do Magreb, com preferência declarada pelo candidato centrista Bayrou. As declarações de Sarkozy condenando a poligamia e propondo a criação de um Ministério da Imigração deixaram os muçulmanos perplexos. Por outro lado, pensam que Royal não possui maturidade suficiente para tal cargo. A eleição de Sarkozy também era

temida pelos brasileiros ilegais na França – pensando, inclusive, em mudarem de país caso isso acontecesse. Isso porque a nova política de imigração elaborada por ele no Ministério do Interior dificultou a entrada de imigrantes, tornando a imigração para a França mais “escolhida” do que “sofrida”.

Ainda sem depender do resultado, uma outra característica do futuro governo francês também já é certa: o país continuará mantendo uma política externa de independência em relação aos Estados Unidos. Sarkozy, apesar de chamar os americanos de amigos, ressaltou que amizade não significa submissão, e irá manter a mesma política externa já empregada por Chirac – não será submisso aos EUA como Merkel ou Blair, mas também não chegará ao extremo de Zapatero. A candidata Ségolène Royal declarou que sua política externa não consistirá em se ajoelhar diante de George W. Bush. A Casa Branca não deu muita importância a essa frase, declarando que seria fruto de “brigas internas da política francesa”. Nesse contexto, os EUA se mantiveram em silêncio sobre as eleições, não declarando qual seu candidato favorito.

A Europa manteve-se quase afastada da campanha eleitoral francesa. Esse fato torna-se mais interessante quando tratamos da eleição de um novo presidente no país que afundou definitivamente o projeto de Constituição europeia e que, dois anos após tal debate ter polarizado a sociedade, o tema esteja novamente ausente do debate eleitoral. Apesar de, em um momento ou outro, os candidatos terem formulado propostas para retirar a União Europeia do buraco em que foi colocada, em geral preferiram manter o assunto à margem das discussões. Os três principais candidatos, todos defensores do sim à Constituição há dois anos, decidiram tocar apenas de leve em um tema que ainda divide a sociedade francesa. Sarkozy é, dentre todos os candidatos, aquele que propõe a via mais pragmática para a União Europeia: por meio da via parlamentar, negociar e aprovar um minitratado que inclua o essencial das reformas institucionais da Constituição – proposta considerada modesta, mas a mais plausível (apesar de ser chamada de antidemocrática, por não sujeitar a proposta à

consulta popular). A candidata socialista, com uma proposta mais ousada e, conseqüentemente, mais arriscada, propunha a negociação de um novo tratado, com uma ênfase muito maior nas questões sociais, e depois consultar a população em referendo. Apesar de mais democrática do que a proposta de Sarkozy, corre o risco de não ser aceita pelos demais países europeus. Um novo tratado e a repetição do referendo também é a posição do centrista Bayrou, embora no conteúdo – texto curto e simples – aproxime-se de Sarkozy. De todo modo, a ausência do debate sobre a União Européia é problemática. Os franceses orgulham-se de serem europeus, mas temem a Europa liberal que está sendo construída da mesma forma que temem a globalização. Nesse sentido, longe de tentarem convencer a população das vantagens de uma unificação, os candidatos representam a desconfiança quanto ao projeto.

A América Latina também foi pouco mencionada nos programas de governo, que caracterizam uma campanha quase que inteiramente dedicada às questões internas do país. O continente só foi citado até agora pelos candidatos em campanha quando o tema é os cinco anos do desaparecimento da política Ingrid Betancourt, de nacionalidade franco-colombiana, seqüestrada pelas guerrilhas colombianas. No amplo programa do favorito das eleições, o conservador Nicolas Sarkozy, há apenas uma frase dedicada à América Latina, na qual o candidato comemora o sucesso das recentes votações em vários países do continente, mas faz um alerta a respeito da “fragilidade da democracia” na região. Sua adversária, a socialista Ségolène Royal, tem uma imagem mais nítida da América Latina --graças, em grande parte, à amizade com a presidente do Chile, Michele Bachelet, com quem se reuniu em Santiago em janeiro de 2006 e uma das figuras que lhe serviu de inspiração em sua campanha à presidência da França. Para surpresa dos especialistas, quem dedicou um grande artigo ao futuro das relações com a América Latina foi Jean Marie le Pen: “Minha presidência preencherá o vazio diplomático que tem marcado nossas relações com a América Latina. A França falhou até agora em todas as suas tentativas com a região”, afirmou le

Pen no semanário *National-Hebdo* publicado por seu partido, a Frente Nacional. Nesse contexto, as dúvidas recaem sobre a capacidade que todos os candidatos possuem para ter sucesso na área em que o antecessor, Jacques Chirac, falhou: aumentar a influência externa do país. Deixando de lado, em suas campanhas, assuntos que não estejam inteiramente ligados à conjuntura doméstica francesa, deixam ainda abertas as lacunas incessantemente criadas no relacionamento entre a França e o mundo exterior. E preencher essas lacunas não parece ser uma das prioridades do novo presidente.

Desdobramentos e resultado

O resultado do primeiro turno, como já dito, seguiu as previsões. O governista Sarkozy e a socialista Royal se enfrentariam em um segundo turno acirrado, mas sem grandes novidades em termos de campanha e de propostas. Todos os esforços consistiram em conquistar os votos dos candidatos derrotados, mesmo que nenhum dos dois principais (Bayrou e le Pen) tenha declarado apoio formal aos dois vencedores. O primeiro turno já havia indicado uma tendência: a guinada da política francesa à direita. Analistas estimam que essa guinada se deve ao fato de que os eleitores não estariam mais encontrando, nos partidos de esquerda, respostas adequadas para os problemas do desemprego, da perda do poder aquisitivo e do baixo crescimento econômico do país. O ex-jornalista do *Libération* e professor de Ciências Políticas Eric Dupin, autor do livro “*À Droite Toute*” (Virada Brutal à Direita, em tradução livre), diz que a sociedade francesa evoluiu, como na maioria dos países industrializados, na direção de um individualismo. Dupin também responsabiliza a própria esquerda pela situação atual, dizendo que ela entrou no “terreno ideológico da direita” – no caso francês, apropriando-se em parte de lemas como “ordem”, tradicionalmente de direita, e unindo-os a temas sempre enfatizados pela esquerda, como “justiça” – o que contribuiu para a sua fraqueza. E assim se deu: após duas semanas, Nicolas Sarkozy foi eleito com 53% dos votos, iniciando um novo período político no país, e prometendo “servir à França”.

Ainda algumas considerações sobre as conseqüências

O que se pode esperar da chegada de Sarkozy ao poder? O que esperar da esquerda e, em especial, do Partido Socialista Francês – o maior e mais forte Partido Socialista europeu?

Ainda não se sabe a resposta à primeira pergunta, uma vez que o novo presidente ainda não teve tempo de revelar sua verdadeira identidade política. Entretanto, algumas perspectivas podem ser vislumbradas.

Como já dito, um dos consensos existentes na sociedade francesa é o da preocupação com a atuação do livre mercado. Desse modo, Sarkozy mostra-se como alguém com desejo de dinamizar a economia do país, ao mesmo tempo em que pretende intervir para proteger os atores econômicos domésticos. Essa dupla dinâmica pode comprometer os avanços da União Européia se a França não puder conciliar suas políticas com aquelas definidas pelo bloco. Nesse sentido, algumas análises vislumbram um conflito entre o desejo de uma Europa francesa contra a necessidade de uma França européia, mais em conformidade com as atuais dinâmicas do bloco, criando uma série de antagonismos que podem acabar em conflito.

Na primeira semana de governo, algumas ações propostas na campanha já foram implementadas. Sarkozy reduziu em praticamente 50% o número de ministérios franceses, sendo agora 15. Além disso, nomeou 7 mulheres para essas pastas, já que havia prometido paridade entre homens e mulheres no governo. Um fator relevante e gerador de tensão foi a criação do Ministério da Imigração e da Identidade Nacional, proposta extremamente criticada durante a campanha, principalmente pela população muçulmana.

Com relação à segunda questão, alguns desdobramentos se fazem visíveis. A esquerda

francesa passa por um momento delicado. Longe do poder há 12 anos, colocou muita expectativa na possível vitória de Royal. Como isso não se consubstanciou, entretanto, será muito difícil para os partidos de esquerda conseguirem se unir. Para Pepper Culpepper, professor da Universidade de Harvard e autor de vários livros sobre a política européia, “o Partido Socialista está em colapso, e o papel que a esquerda manterá na sociedade está indefinido”. Nesse contexto, tanto o vencedor quanto a derrotada retornam ao cenário político francês rapidamente, para a preparação das eleições legislativas que ocorrerão nos dias 10 e 17 de junho. Segundo pesquisas, a UMP (de Sarkozy) manterá a maioria absoluta adquirida em 2002. Ségolène pediu aos eleitores que, nessas eleições, compareçam às urnas para criarem uma oposição o mais ampla possível, encarregada de “vigiar, propor e se opor”, a fim de que a esquerda continue tendo um papel importante na política. De todo modo, o Partido Socialista mantém-se dividido e desestabilizado, e continua adiando sua iminente reforma interna.

A democracia francesa estará se alterando, num processo em que a bipolarização partidária tenderá a se tornar unipolar, ao redor da UMP, configurando mais um exemplo da guinada européia à direita? Ou, então, representaria a consolidação de um processo que, democraticamente, decidiu-se por determinadas políticas numa espécie de consenso social, inserindo-se no contexto de um *continuum* cíclico, em que esquerda e direita alternam-se no poder? Essas são hipóteses que poderão ser reforçadas a partir das próximas eleições legislativas, mostrando o real potencial de reação que a esquerda francesa possui, num dos pontos críticos de sua história. Particularmente, tendo a acreditar no ciclo histórico de alternância de grupos políticos, quando a capacidade de quem está no poder responder aos anseios da população esgota-se. Veremos.



Brasil: um país imperialista e explorador?

RODRIGO WIESE RANDIG*

É um lugar-comum da “sabedoria popular” nacional a opinião de que, se o Brasil é hoje um país subdesenvolvido, malgrado suas riquezas naturais, imensa extensão territorial e numerosa população, tal fato se deve, ao menos em parte, à exploração sofrida ao longo de nossa história nas mãos de nações “ricas” e “imperialistas”. Há de resultar um verdadeiro choque, destarte, a informação de que, em terras vizinhas, o próprio Brasil é visto como uma nação imperialista e exploradora.

Esses foram os adjetivos atribuídos a nosso país no título do edital do principal jornal paraguaio em 20 de maio de 2007, data em que o presidente Lula chegava ao país para sua primeira visita oficial. Nessa ocasião, e em inúmeras outras desde então, o periódico *ABC Color* expressou de forma contundente o – até então pouco conhecido em terras brasileiras – ponto de vista de grande parte da população, dos meios de comunicação e das lideranças políticas do Paraguai, segundo o qual o Brasil teria historicamente representado sempre um entrave ao desenvolvimento daquele país, explorando-o sistematicamente e privando-o de quaisquer possibilidades reais de desenvolvimento.

Não resulta uma tarefa árdua encontrar, na historiografia sul-americana, registros que possam ter servido de substrato a tais crenças. A Guerra da Tríplice Aliança, que teve início em 1864 como um conflito bilateral com o Brasil, culminou, cinco anos mais tarde, na completa devastação do Paraguai – até o início da guerra, um estado *sui generis* no continente, com um considerável nível de progresso econômico autônomo.

Quase um século após o fim do conflito, em 1973, celebrou-se entre os governos brasileiro e paraguaio – à época, ambos ditaduras militares

– o *Tratado de Itaipu*, por muitos considerado o documento que sistematizou a exploração da nação paraguaia pelo vizinho maior. O Tratado selava o acordo para a construção, usando-se as águas do limítrofe Rio Paraná, da usina hidroelétrica *Itaipu Binacional*, até a presente data a maior e mais potente do planeta.

Apesar de completamente legal, é fato que, na prática, o Tratado beneficia de forma desigual as duas nações envolvidas. Sendo o Paraguai dono de metade das águas do Rio Paraná, foi-lhe garantido também direito sobre cinquenta por cento da energia produzida pela hidroelétrica. Prevendo, porém, que a pequena nação não teria uso para tal quantidade de energia, o Tratado determinava que todo o excedente energético não aproveitado pelo Paraguai deveria ser repassado ao Brasil a um valor levemente acima do preço de custo.

Desta forma, Itaipu serve ao Paraguai como produtora de quase a totalidade da energia consumida no país. Tal quantidade, porém, representa pouco mais de cinco por cento do total gerado pela binacional. O Brasil, por sua parte, beneficia-se em um nível muito maior em termos absolutos, uma vez que, ademais dos cinquenta por cento a que tem direito, utiliza também os quase quarenta e cinco por cento restantes da quota paraguaia.

Os acordos firmados entre os dois países determinam que as cláusulas do Tratado não podem ser revistas antes de 2023. Não obstante, é grande a pressão da mídia e da oposição política paraguaia para que o atual presidente, Nicanor Duarte, exija do Brasil a revisão prévia de alguns pontos específicos, relacionados principalmente ao preço pago pelo Brasil pelo excedente de energia paraguaia e à vigente proibição imposta ao Paraguai à venda de

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rodrigorandig@gmail.com).

energia a outras nações. São ainda constantes na mídia paraguaia acusações de que, na prática, apenas brasileiros têm poder de decisão na administração supostamente igualitária da binacional.

As relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai envolvem ainda duas outras delicadas questões. Primeiramente, há a situação do contrabando e do tráfico ilegal amplamente praticados através da zona fronteiriça, a qual levou governantes brasileiros inclusive a cogitar a criação de um muro no centro do rio que divide as duas nações – o que, por sua vez, causou grandes protestos no lado paraguaio. Em segundo lugar, há a delicada situação dos “brasiguaios” (nome dado aos imigrantes brasileiros no Paraguai e a seus descendentes) – um problema indiretamente relacionado à construção da hidroelétrica de Itaipu.

Indenizados, os agricultores cujas terras haviam sido tomadas para a construção da hidroelétrica perceberam a vantajosa possibilidade de comprar novas propriedades no outro lado da fronteira, onde os preços da terra eram em média oito vezes mais baixos. Tendo recentemente abolido a lei que proibia a venda de terras a estrangeiros, o Paraguai foi o destino da maioria desses brasileiros indenizados – seguidos, posteriormente, por milhares de agricultores paranaenses, afetados pela crescente mecanização no cultivo da soja. Em terras paraguayas, esses brasileiros mantiveram praticamente intacta sua cultura, e, junto a seus descendentes, representam hoje quase um décimo da população paraguaia e concentram grande parte das terras e da riqueza do país. A soja, que representa um dos destaques da frágil economia nacional, tem 90% de sua produção em mãos brasileiras. Desta forma, é cada vez maior o ressentimento local em relação a esses imigrantes. Transmissões de rádio em guarani incentivam, inclusive, hostilidades por parte dos camponeses contra os chamados “brasiguaios”.

A todas essas situações, soma-se ainda o declarado descontentamento paraguaio – compartilhado com o Uruguai – em relação ao Mercosul. É corrente nesses dois países a opinião de que o Brasil e a Argentina, os dois “grandes” do bloco, velam apenas por seus próprios interesses, negligenciando as necessidades dos dois estados menores.

Somados todos esses fatores, há de se considerar minimamente problemático o quadro das relações bilaterais entre o Paraguai e nosso país. Dita tensão de fato permeou toda a primeira visita oficial do presidente Lula ao estado paraguaio. Além de inaugurar, junto a Duarte, as duas últimas turbinas de Itaipu, Lula assinou nessa ocasião uma série de tratados de cooperação que visam à promoção do desenvolvimento econômico do Paraguai.

Por meio dos tratados, o Brasil comprometeu-se a cooperar com o Paraguai nos campos cultural, acadêmico, tecnológico e militar, auxiliando-o também no combate a doenças como a dengue e a febre aftosa. Finalmente, os tratados assinados contemplam ainda uma série de incentivos a investimentos de empresários brasileiros no país e à produção, no Paraguai, de fontes alternativas de energia (como o biodiesel).

O aparente interesse brasileiro em promover, sem contrapartidas, o desenvolvimento econômico do Paraguai contrasta, na prática, com atitudes como a completa recusa de Lula a sequer discutir a revisão antecipada do Tratado de Itaipu. Esse paradoxo tem levado muitos paraguayos a questionar a suposta boa-vontade brasileira, e a ver com maus olhos os acordos recentemente assinados. Ainda que, desta vez, os tratados sejam claramente convenientes ao Paraguai, permanece para alguns o questionamento de qual seria o real interesse do Brasil na promoção do desenvolvimento econômico do Paraguai.

A análise dos motivos que levam nações a cooperar – ou não – é uma das clássicas temáticas do estudo das relações internacionais. A chamada corrente “realista” considera que a situação de anarquia em que se encontram imersos os estados – isto é, a inexistência de um “governo mundial” ao qual os governos nacionais estejam subordinados – impossibilitaria a cooperação; visando unicamente à obtenção de seus próprios interesses egoístas, seria inesperado que duas ou mais nações pudessem agir conjuntamente em função da obtenção de um “bem comum”.

Todavia, apesar dessa situação de anarquia, a interação que obrigatoriamente se dá entre os estados acaba por permitir a existência de uma ao

menos parcial “comunhão de interesses”. Ainda que os governos do Paraguai e do Brasil sejam soberanos, ambos compartilham uma série de princípios e instituições comuns. A própria condição de vizinhos condiciona-os a interagir e acarreta que o desenrolar dos acontecimentos além de uma das margens do rio Paraná irremediavelmente tenha repercussões no outro lado.

Em primeiro lugar, há de se considerar a maneira como esse crescente antibrasileirismo pode servir de substrato à formação de um cenário político paraguaio desfavorável ao Brasil. Não havendo mostras efetivas de que o Brasil preze, em qualquer grau, pelos interesses paraguaios, seria grande a possibilidade da formação de um cenário similar ao recentemente observado na Bolívia. A visível incapacidade do governo paraguaio de garantir os interesses nacionais perante o Brasil poderia tornar propício o fortalecimento político de um líder popular aos moldes de Evo Morales, que, uma vez eleito, poderia vir a rescindir o Tratado de Itaipu sob o escudo do combate moral a uma “exploração ilegítima”.

Uma cooperação eficiente com o Paraguai seria, desta forma, positiva ao Brasil na medida em que ajudaria a refrear a atual tendência à formação de uma vizinhança rancorosa em relação ao vizinho maior. Uma segunda justificativa para o interesse brasileiro no desenvolvimento do Paraguai é o fato de que a situação de estagnação econômica deste país não se limita a suas fronteiras e tem evidentes repercussões em terras brasileiras. Apesar das cada vez mais enfáticas medidas preventivas por parte do governo brasileiro, são incontroláveis as atuais proporções do tráfico ilegal que se dá através de grande extensão da fronteira paraguaia.

Uma quantidade enorme de armas e drogas entra incessantemente no Brasil através do Paraguai, enquanto que no sentido contrário seguem carros e diversos outros bens roubados em nosso país, que lá encontram uma considerável facilidade de revenda.

O discurso atual do governo brasileiro, que se diz interessado no desenvolvimento do Paraguai e dos outros vizinhos mais pobres, não deve ser entendido como uma mostra de altruísmo. Em *Vinte anos de crise*, Edward Hallet Carr constata que, embora seja moralmente elogiável o indivíduo que “sacrifica seus interesses, ou mesmo sua vida, pelo bem de outros”, um estado que pusesse em risco seus próprios interesses em favor de outro estado “seria mais digno de censura do que de elogio” – em suma, não se espera dos estados a mesma moralidade exigida dos indivíduos que o compõem. Com efeito, pode-se argumentar que todas as ações presenciadas no cenário internacional contemporâneo têm, via de regra, motivações internas por trás de si, e que constitui um equívoco a tentativa de classificá-las em mais ou menos “nobres”.

Dessa forma, a necessidade de auxiliar o desenvolvimento de vizinhos estagnados, como o Paraguai e a Bolívia, de fato existe, mas não deve ser encarada como uma ação “louvável” por parte do Brasil. Estando a essas nações irremediavelmente vinculado – geográfica, econômica e socialmente –, resulta que seu desenvolvimento asseguraria ao próprio Brasil repercussões desejáveis, por meio do surgimento de novas externalidades positivas e do arrefecimento das negativas. Mais que uma questão “moral”, portanto, a promoção do desenvolvimento dessas e de outras nações menos desenvolvidas, especialmente as mais próximas, seria uma atitude completamente racional por parte do Brasil.



A nova extensão do *affair* boliviano: *ato final com aviso prévio*

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

Ao que tudo indica parece que estamos chegando próximo do ato final do *affair* boliviano, não por meios diplomáticos coordenados, mas pela imposição do governo Morales, que ao indicar preços, prazos e vontades para a solução da crise – estendida voluntariamente há tempos – radicaliza o cenário de disputa com o Brasil. O silêncio brasileiro pode até ter sido estratégico, mas até agora tem sido visto pelos nossos vizinhos como um elenco de demonstrações de simples concordância mediante concessões e sem o exercício necessário para a defesa dos interesses nacionais.

A justificativa para que a nossa posição autárquica e de quase concordância diante da agressividade boliviana seja considerada como uma séria contribuição à integração latino-americana é abrir uma exceção a ser seguida pelo Equador e pela Venezuela, onde existem investimentos de empresas brasileiras à mercê dos ventos da expropriação. As tentativas para a integração na América do Sul têm variado de acordo com o aumento das disparidades geoeconômicas, ao contrário do que ocorreu na Europa, com o atingimento da União Européia (UE). Desta forma, se ocorresse a imediata retomada do crescimento brasileiro com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) até o final do segundo governo Lula (2006-2010), mais distante se tornaria a contribuição brasileira à integração regional em face do aumento dos desníveis de crescimento causados pela economia nacional.

A integração tem sido – de forma alegórica – o carro chefe das políticas latino-americanas pós-período cepalino (1948-1973) direcionado para o crescimento econômico. Entretanto, na prática,

tem se apresentado como uma figura retórica compensatória, ou em alguns casos, de relativa capacidade de fomentar ganhos da prática do bilateralismo entre os países meridionais, a exemplo do Brasil. Por outro lado, a expropriação de capitais estrangeiros tem sido uma arma utilizada com relativa frequência pelos regimes antidemocráticos, como uma tentativa de justificar a ausência de poupança interna, de baixa absorção de progresso técnico e de baixas relações de intercâmbio. Além disso, tem servido, ainda que de maneira imprópria, de veículo de reinserção de suas economias no cenário mundial, e.g. a Bolívia recentemente.

Para os países de economias estabilizadas e com possibilidades de realizar investimentos externos, mesmo sob parcerias de capitais hospedeiros, a expropriação é algo mais do que um fantasma que acompanha a trajetória dos investimentos externos, desde a implantação a suas formas de produtividade às de rentabilidade vigiada. A expropriação supera às vezes, em termos de impactos negativos, as oscilações da taxa de juros interna e terror das leis controladoras de remessas de capitais excedentes. Nesta ótica, acordos e tratados internacionais são atropelados e, na maioria das vezes, reduzidos a simples compromissos formais em negociações tidas como aleatórias ao espírito do direito público internacional.

Ao *affair* boliviano – possivelmente bem próximo aos novos exemplos equatoriano, paraguaio e venezuelano, este último de maior gravidade já que envolve espectros territoriais que ameaçam a soberania nacional – apregoam-se além da atual indiferença das autoridades brasileiras, formas

* Doutor em História das Relações Internacionais, professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI), da Universidade Católica de Brasília (josem@ucb.br).

injustas e dominadoras do Brasil nas negociações que envolveram, há tempos, a Petrobras, a Itaipu binacional e a construtora Odebrecht.

Porém, no espaço boliviano observamos, além da ameaça maior de expropriação, outras destinadas à elevação de preços de seus produtos exportáveis, ao controle dos fluxos de caixa da Petrobrás e das demais multinacionais, ao confisco de rentabilidades e, até mesmo à conquista da participação majoritária do capital nos respectivos investimentos pela YPFB. Tais ações dar-se-iam mediante decretos e no caso de ressarcimentos, com pagamentos sem atualizações e a perder de vista. Esses arroubos têm colocado a diplomacia brasileira em permanente plantão para a busca de soluções compensatórias antes da decisão final pela arbitragem internacional.

A opção pela arbitragem internacional tem se aproximado a passos largos com a intransigência boliviana em contrapartida à tolerância brasileira, em adquirir as refinarias de Gualberto de Villaroel e Guillermo Elder Bell – localizadas nos Departamentos de Cochabamba e Santa Cruz, a sudeste de La Paz – avaliadas a preços domésticos segundo a Petrobras, inferiores aos de mercado. Segundo a Folha de São Paulo, ambas foram adquiridas da Bolívia em 1999 em estado depreciativo, em termos de US\$ 100 milhões.

Inicialmente, a oferta boliviana não contempla os estoques de gasolina e diesel, apenas valores contábeis, no total de até US\$ 70 milhões. Também, não considera os investimentos realizados posteriormente pela Petrobras e, principalmente, as possibilidades de novos ganhos macroeconômicos para a combalida economia boliviana, a mais pobre e dependente da América Meridional.

A Petrobrás, por sua vez, estima preço de ambas as refinarias próximo de US\$ 200 milhões, a preços de mercado, que compensaria os seus investimentos complementares próximos de US\$ 49 milhões ao longo do tempo, a transferência de tecnologia e, inclusive, outras ações de riscos, caso a compra seja de fato concretizada sob o ritmo boliviano. Além do mais, a posição brasileira não soa unilateralmente, pois abre novas vias de negociação diante do acirramento da crise do gás. Há de se considerar ainda na fixação de um preço a ser acordada entre as partes a importância

das refinarias para o abastecimento interno da Bolívia de 90% dos derivados de petróleo, impactos na carga fiscal e, inclusive, a regularidade dos níveis de emprego e de salários.

Outros aspectos de suma importância para o Brasil e para a Bolívia, porém, em proporções diferenciadas, dizem respeito à gestão das refinarias, pois o nível tecnológico boliviano está aquém do prestado pela Petrobrás e, até mesmo, do necessário para dar continuidade ao abastecimento da indústria brasileira, que atualmente é de 27 milhões de metros cúbicos diários. A demanda brasileira de gás boliviano poderá aumentar consideravelmente com a realização de novos investimentos na infra-estrutura sob a ótica do PAC, notadamente na eliminação de pontos de estrangulamento da indústria básica, responsável não somente pelo dinamismo do mercado interno, mas também pela geração de excedentes exportáveis, com considerável peso na nossa balança comercial.

O não atendimento do possível acréscimo na demanda poderá acarretar para a indústria brasileira, notadamente a localizada no eixo São Paulo – Rio Grande do Sul, nova rigidez na sua capacidade produtiva, com redução de investimentos, aumentos de preços internos e redução no nível de emprego, além de causar um imbróglio diplomático. A partir de então, possivelmente a Venezuela seria beneficiada, com a substituição da tecnologia da Petrobras pela da PDVSA (estatal venezuelana para o petróleo e derivados), colocando Hugo Chávez como um árbitro com possibilidades de sucesso, à revelia do Brasil e com sérios prejuízos à lucratividade esperada do capital da Petrobras investido em solo boliviano.

A seriedade com que temos de encarar o *affair* boliviano transcende à simples substituição da Petrobras pela YPFB, mesmo com o suporte técnico-financeiro da PDVSA. A tardia reação brasileira de suspender temporariamente os investimentos na Bolívia poderá causar uma redução na capacidade produtiva de petróleo e derivados na Bolívia, que joga com a intensidade e importância da demanda brasileira de gás. A nova postura brasileira, além de endurecer a regra do jogo – diante da possibilidade de um novo decreto que substitui a Petrobras pela

YPFB no controle das refinarias – antecipa, com aviso prévio, cenários de ruptura não desejados pela nossa carreira diplomática.

A rapidez da forma não silenciosa com que a Bolívia pretende alterar o seu quadro estrutural não mais absorvedor de mutações conjunturais tem transferido para o poder executivo a capacidade de legislar. Desta forma, novos alvos foram fixados, dentre eles o capital externo absolvido dos méritos transformadores de inércia em dinâmica econômica, e.g. a Petrobras e demais multinacionais instaladas em solo boliviano.

Considerando o fato que a Bolívia necessita de novos investimentos externos para o setor de hidrocarbonetos e o Brasil, em contrapartida, do gás boliviano para não interromper as possíveis oportunidades de crescimento industrial, a busca solução pode estender-se – antes do arbítrio não desejado pela Bolívia. Esta, por sua vez albergada pela Venezuela não esconde suas pretensões de absorção de espólios de mercado, de pretensões de liderança regional e de aventuras ideológicas, aleatoriamente ao universo do direito internacional e do respeito recíproco entre as nações, principalmente no que diz respeito a questões patrimoniais.

Mesmo assim, com a evidência de necessidades mútuas, as correntes diplomáticas brasileiras e bolivianas tenderam a desprezar a máxima ricardiana que demonstra que se todos negociam, todos ganham, portanto, sem perdas majoritárias para

qualquer uma das partes. O tempo necessário para o atingimento do estado de ganhos foi desperdiçado na tentativa brasileira de reconhecimento boliviano de nossas intenções de solidariedade – desprezando-se a importância da geoestratégia – ainda que sem compensações.

O retorno das negociações favoreceu novamente a Bolívia, cujos preços dos derivados de petróleo pagos à Petrobrás continuam inferiores aos do mercado internacional, com perdas de rentabilidade e de valorização acionária. Da mesma forma, o preço final das refinarias aceito pelo Brasil de US\$ 112 bilhões, correspondente a 56% do valor anterior exigido, ou seja, US\$ 200 milhões, reforça a tese do benefício boliviano, mas não garante a regularidade das relações de intercâmbio brasileiro-bolivianas, particularmente em relação ao negócio do gás. De pronto, resta-nos saber agora se a Petrobrás se manterá de fato fora do refino e quais seriam as conseqüências advindas da decisão.

Finalmente, a grande preocupação: a Bolívia ungida pelos ganhos do acordo honrará os acordos firmados em outubro, não espoliando a demanda brasileira de gás via mecanismos de preços? Sob esta ótica, qual seria a preços atuais o custo de oportunidade social para o Brasil?

Em uma visão geral, prevaleceu o determinismo de Estado retratado nas intenções bolivianas, como uma nova lição a ser aprendida pelos jovens internacionalistas.



**Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI**

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Putin e o escudo nuclear norte-americano: uma nova Guerra Fria?

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

O noticiário internacional tem sido preenchido, nas últimas semanas, por várias notícias que parecem indicar um aumento das tensões entre a Rússia e o Ocidente. O ponto focal dessas novas tensões é a decisão norte-americana de instalar, na República Tcheca e na Polônia, radares e mísseis antibalísticos. Tais equipamentos devem custar cerca de 3,5 bilhões de dólares e estar operacionais por volta de 2012 e o seu objetivo declarado seria o de proteger a Europa e os Estados Unidos de mísseis balísticos disparados pelo Irã.

Teerã, evidentemente, protestou contra o que considera mais um capítulo da fobia de Washington contra o Irã. Mas a maior reação veio de Moscou, que afirmou que o alvo verdadeiro dessa nova ação estratégica norte-americana seria justamente a Rússia. Segundo as declarações do Kremlin, o real objetivo do Pentágono não seria a proteção contra a ameaça iraniana, mas sim dispor de instrumentos para espionar o território russo e reduzir ainda mais a importância estratégica da Rússia.

Com estes argumentos em mãos, a Rússia ameaçou cancelar acordos de controle de armamentos na Europa anteriormente firmados, reiniciar a produção de mísseis de alcance médio e mesmo instalar mísseis como os S-300 e Iskander na Bielorrússia, de forma a poderem se contrapor e até atacar as novas instalações dos EUA. Lá no fundo, na verdade, o que Moscou fez foi agitar os fantasmas de uma nova Guerra Fria.

Estariam os russos corretos? Seria o alvo do Pentágono a velha inimiga russa, sendo o Irã apenas um pretexto? E a instalação desses sistemas representaria realmente um risco à segurança nacional russa?

Desde as primeiras idéias do sistema "Guerra nas Estrelas", ainda na presidência de Ronald Reagan, a

possibilidade dos norte-americanos disporem de um sistema eficiente de destruição de mísseis balísticos nucleares é, com certeza, um pesadelo para os estrategistas russos. Afinal, isto poderia significar, no limite, deixar a Federação Russa à mercê de um ataque nuclear dos Estados Unidos. Mais realisticamente (já que a criação de um sistema capaz de destruir realmente milhares de mísseis e outros vetores nucleares é quase inconcebível), o risco maior seria o de reduzir ainda mais a importância estratégica do arsenal nuclear russo.

De fato, já que o arsenal nuclear é um dos elementos centrais do que resta do poder russo, qualquer risco de torná-lo menos eficiente há de causar agitação. Quando lembramos que, segundo alguns estudos recentes (como o artigo publicado em 2006 por Daryl Press e Keir Lieber), a força nuclear russa já seria incapaz de retaliar um possível ataque norte-americano, é fácil perceber como quaisquer mudanças nesse cenário podem assustar ainda mais Moscou. A idéia do Pentágono bisbilhotando diretamente o território russo também não deve deixar seus militares felizes.

Estas preocupações, contudo, são pouco realistas. No estágio de decadência em que está o sistema nuclear russo, uns poucos mísseis antibalísticos instalados na Polônia e na República Tcheca não farão muita diferença e, se é para o Pentágono espionar o território russo, há métodos mais eficientes. Não é para atacar a Rússia ou espioná-la que os Estados Unidos negociam com Praga e Varsóvia e, provavelmente, Moscou sabe disto.

Depois, se examinamos o pensamento estratégico norte-americano nos últimos anos, há sinais de que a preocupação central por trás desses sistemas é realmente a de um ataque inesperado por parte

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

das novas potências nucleares. Não que os Estados Unidos deixem de apreciar a idéia de colocar os russos ainda mais em segundo plano ou demonstrar à Europa e à China a sua capacidade tecnológica. Mas, dentro da estratégia do Pentágono atual, a instalação desses mísseis na Europa Oriental tem sentido e parece ser a questão central.

Desde o fim dos anos 90, de fato, os EUA trabalham num sistema de interceptação de mísseis, com o objetivo de destruir a potencial ameaça representada, em futuro próximo, por mísseis disparados por países com arsenal nuclear pequeno e imprevisíveis, como Coréia do Norte e Irã. O sistema começou a ser instalado no Alasca em 2004 e, aparentemente, progressos técnicos têm sido feitos.

Sem esquecer das forças dentro do complexo industrial militar dos Estados Unidos que, provavelmente, querem, dados os lucros potenciais, ver este escudo instalado de qualquer forma, mesmo sem certeza de que funcionaria, ele talvez se justifique do ponto de vista da segurança nacional norte-americana.

Tecnicamente, como já observado, seria impossível criar uma barreira impenetrável a milhares de mísseis inimigos. No entanto, talvez algo bem mais limitado, com vistas a abater apenas um ou outro vetor, seja viável e defensável, pois os custos de um possível ataque nuclear, mesmo isolado, aos Estados Unidos, seriam inimagináveis e ter alguma resposta à mão frente a esta ameaça parece razoável.

Além disso, a idéia do escudo tem um apelo público e político imenso dentro dos Estados Unidos depois do 11/9. Afinal, qual presidente gostaria de ficar conhecido como aquele que negou aos militares os recursos para proteger o país e ser obrigado a socorrer as vítimas de um ataque norte-coreano a Los Angeles ou iraniano a Boston? As chances de isso ocorrer me parecem ínfimas, mas o Pentágono não parece querer correr o risco e isso talvez seja razoável, de um ponto de vista eminentemente militar.

Mas, se Moscou sabe que os riscos a sua segurança nacional são limitados e que a Rússia não é, em curto prazo, o alvo dos Estados Unidos, qual a razão de sua reação, ao menos no plano discursivo, tão intempestiva?

Segundo a opinião da maioria dos analistas, a questão central aqui é a disputa entre o Ocidente e a Rússia pela Europa Oriental. Desde o fim da União Soviética, os antigos países do Pacto de Varsóvia foram sendo progressivamente absorvidos pela União Européia e pela OTAN. A maior parte deles está muito satisfeita por isto e sua maior preocupação é justamente a recuperação do gigante russo. Não espanta, aliás, que Polônia e República Tcheca estejam dispostas a receber as novas instalações, já que significaria uma presença militar direta dos Estados Unidos em seu território e uma garantia, portanto, frente a qualquer possível ressurgimento do poder de Moscou.

Por outro lado, a Rússia está, com certeza, extremamente desconfortável, para dizer o mínimo, com esta expansão ocidental nas suas fronteiras. Ao negociar a instalação destes sistemas de armas bem na antiga área de influência de Moscou, os Estados Unidos acabaram por recordar à liderança russa e ao mundo que poloneses e tchecos já estão fora de seu controle, o que demandava uma resposta dura, até para manter as aparências.

Contudo, o recado russo parece ter sido dado nem tanto ao Ocidente, mas principalmente aos antigos países que formavam a União Soviética. O leste europeu, efetivamente, já está "perdido" e nada mais resta a fazer. Mas uma resposta mais dura contra o Ocidente pode servir de recado para países como a Ucrânia ou a Geórgia, onde a opção entre o Ocidente e a Rússia ainda está na mesa. A Rússia parece querer deixar claro que está de volta ao jogo e que não vai mais tolerar o crescimento do Ocidente nas suas fronteiras.

É difícil prever como as coisas caminharão. Os Estados Unidos e a Europa estão tentando aplacar Moscou oferecendo interligar sistemas antimísseis, cooperação na área de defesa, etc. e provavelmente os mísseis acabarão por ser instalados, pois as opções russas para impedir isto são, discursos à parte, quase inexistentes. Uma crescente colisão entre a Europa e a Rússia pelos países entre os dois blocos também é provável, ainda mais agora que o pior da crise econômica russa parece ter passado e o país se sente mais forte. Mas será esta, provavelmente,

uma competição diplomática e econômica, e não militar.

Quanto as possibilidades de um retorno da Guerra Fria, podemos considera-las, em curto prazo, praticamente nulas. A Rússia ainda é, em termos militares e econômicos e em que pese a recente recuperação, uma sombra do que foi e não teria como bancar uma corrida militar com o Ocidente. Também

não há mais uma base ideológica separando os dois lados. A mensagem que emana da Rússia é que ela está de volta ao concerto das potências mundiais, mas mesmo Putin deve saber que esta volta ainda tem limites. Se for para haver uma nova guerra fria (e isso é duvidoso), ela será, provavelmente, entre o Ocidente e a China, restando apenas saber para que lado a nova Rússia se inclinará.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



**INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial: Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Estevão Chaves Martins, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico (design): Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com

OCDE: rumo ao mundo em desenvolvimento

MARCOS PAULO DE ARAÚJO RIBEIRO*

A última reunião do Conselho Ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada em Paris entre os dias 15 e 16 de maio, teve como principal resultado o convite de associação dado a cinco países, entre os quais não figura o Brasil. Apesar de a nova rodada de expansão não ter sido uma surpresa, ela traz significados importantes, inclusive para o nosso país, e se insere numa dinâmica de aproximação da OCDE aos países em desenvolvimento, principal objeto desta análise.

A OCDE, inicialmente com o nome de Organização para a Cooperação Econômica Européia (OEEC), foi criada em 1948 sob a liderança dos Estados Unidos. O objetivo central da nova organização era coordenar as ações de reconstrução da Europa, patrocinadas pelo Plano Marshall. Concluída essa etapa, a entidade expandiu seus objetivos; passou a se denominar OCDE e assumiu missões como a ajuda aos países membros na promoção do desenvolvimento econômico e de níveis de emprego sustentáveis, o aumento das condições de vida da sua população, a manutenção da estabilidade financeira, a assistência ao desenvolvimento econômico de outros países e o estímulo ao crescimento do comércio internacional. No último processo de adesão de novos países, empreendido na mais recente reunião do Conselho Ministerial da Organização, realizada nos dias 15 e 16 de maio em Paris, Chile, Eslovênia, Estônia, Israel e Rússia foram convidados a dar início aos procedimentos de ingresso na OCDE e cinco países – África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia – receberam proposta para uma “maior participação com vista a possível associação”. Em nenhum outro processo de expansão tantos países haviam sido convidados de uma só vez.

A reação do meio internacional à novidade variou para cada um dos países. Enquanto Chile

e Israel já eram vistos como candidatos naturais, dadas as suas características econômicas, os convites à Estônia e à Rússia geraram alguma controvérsia; aquele, pela dimensão reduzida da sua economia, e este, pelo fato de a economia russa sequer ser uma economia de mercado plena, não obstante a sua dimensão. Causou ainda alguma surpresa o não-convite ao Brasil.

Mais importante do que motivações para o convite ou não a cada um dos países, no entanto, é inserção das adesões no processo de transformação já vivido pela OCDE. Tradicionalmente vista como “clube dos ricos”, a Organização deu, por meio da expansão, um novo sinal de mudança importante na filosofia que rege a sua composição. Embora não dê nenhum sinal de alteração na sua base doutrinária de caráter liberal, a OCDE claramente traçou como um de seus grandes objetivos a curto e médio prazo a aproximação aos países em desenvolvimento. México – de onde vem o atual Secretário-Geral, José Angel Gurría – e Coréia do Sul já fazem parte da Organização desde meados dos anos 90 e o convite ao Chile reforça essa tendência; ademais, todos os cinco países aos quais foi dado o estímulo a uma participação mais engajada na OCDE, candidatos mais prováveis em um futuro processo de adesão, pertencem ao mundo em desenvolvimento.

Engana-se, no entanto, quem interpreta o gesto da entidade como uma espécie de altruísmo internacional ou como uma busca pelo ideal abstrato da incorporação dos países em desenvolvimento aos grandes círculos da política internacional. A iniciativa mostra, antes, pragmatismo dos mais evidentes. Suas motivações não vão muito além da mera constatação de que as tradicionais potências econômicas não são mais tão importantes quanto no passado e já não conseguem controlar sozinhas

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (marcospaulo.ribeiro@uol.com.br)

as grandes dinâmicas da economia internacional. De fato, os países da OCDE já chegaram a responder por 75% do PIB mundial; nos últimos anos, a economia dos seus 30 membros não reuniu mais do que 58% (El Economista, "La OCDE invita a entrar a Rusia en plena tensión energética", 17 de maio de 2007).

A dinâmica em curso remete claramente aos estudos de globalização econômica e, de forma mais indireta, aproxima-se de algumas idéias levantadas por Nye Jr., em seu já clássico "O Paradoxo do Poder Americano", sobre a atuação internacional dos Estados Unidos. Os grandes fluxos econômicos globais, sejam eles comerciais ou financeiros, estão hoje muito mais descentralizados; as chamadas "potências emergentes" apresentam-se como grandes exportadores mundiais de produtos e, embora em menor grau, de capitais. Nesse cenário, qualquer esforço de coordenação macroeconômica internacional seria ineficaz se permanecesse restrito, como no passado, a um grupo limitado de países desenvolvidos. Tal como os Estados Unidos no campo político, esses países, apesar de ainda concentrarem parcela bastante relevante da economia mundial, já não conseguem atingir seus interesses sem a cooperação com o mundo em desenvolvimento. Em última instância, não são os países emergentes que dependem da OCDE; é a OCDE que necessita desses países.

Entretanto, esse forte componente pragmático não reduz a importância da iniciativa de expansão. Os países convidados terão que cumprir uma série de requisitos macroeconômicos antes de concluírem o processo de adesão e, uma vez parte da OCDE, permanecerão em intenso contato com os demais membros. Apesar de os preceitos liberais da Organização serem passíveis de contestação, o fato é que a ampliação da OCDE reverte-se em um mundo mais coordenado economicamente, gerando benefícios potenciais para membros e não-membros.

Por fim, o relacionamento da OCDE com o Brasil é uma questão pela qual passa o desenho de

qualquer cenário futuro. Apesar do longo esforço diplomático brasileiro de aproximação à OCDE, o Itamaraty recebeu o "não-convite" com relativa discrição. O Chanceler Celso Amorim chegou a falar que "o Brasil não precisa do selo de qualidade porque já o tem na sua política econômica, na sua política social e na própria política, com a consolidação da democracia" (Folha de São Paulo, "Brasil esnoba convite do 'clube dos ricos' ", 17 de maio de 2007). Seria mais uma manifestação dos traços de reafirmação da autonomia nacional que por vezes aparecem na política externa do governo Lula?

O fato é que o "não-convite" vai de encontro a outra característica da atual política externa: a busca pela maior participação nos grandes fóruns internacionais, refletida na postura ativa junto à Organização Mundial do Comércio e na participação do presidente Lula nas reuniões do G8. Mais do que um ensaio autonomista, a resposta de Amorim não parece ir além da lógica "não fomos convidados, não vamos sair por baixo". Há, talvez, algum componente implícito de cálculo de custos e benefícios: na prática, o Brasil já participa de todos os comitês mais importantes da OCDE e uma adesão completa implicaria menor autonomia sobre políticas econômicas domésticas, um custo que o governo não parece estar muito disposto a pagar.

De toda forma, o cenário nitidamente caminha para uma adesão do Brasil a médio-prazo. A economia do país já se encontra em patamares bastante estáveis e não seriam necessárias grandes transformações para adequá-la às exigências da OCDE. Ademais, já há grande apoio à candidatura do país dentro da própria Organização, algo que ficou nítido em declarações feitas pelo seu atual Secretário-Geral. O prospecto mais plausível é o de convergência, à medida que o Brasil reveja seus cálculos e a OCDE dê continuidade ao seu esforço de captação de países emergentes. É quase certo que o país estará na próxima rodada de adesões ou mesmo receba um convite individual, embora seja difícil precisar quando uma dessas alternativas ocorrerá.

